



**UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA**  
**COMUNICACIÓN**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR DESENVOLVIDO EM CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO.**

Mariana Faria Carreira da Silva

Asunción, Paraguay.

2019

Mariana Faria Carreira da Silva

**ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR DESENVOLVIDO EM CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO.**

Tese apresentada à UAA como requisito para  
obtenção de título de Mestre em Ciências da Educação

Tutor: Dr Tomás Jesús Campoy Aranda

Asunción, Paraguay.

2019

Mariana Faria Carreira da Silva

**Análise do projeto de intervenção multidisciplinar desenvolvido em Centro de Apoio Pedagógico**

Asunción, Paraguay: Universidad Autónoma de Asunción, 2019.

Tese de Mestrado em Ciências da Educação 115 páginas

Lista de Referências: p. 117

1. Educação Inclusiva
2. Análise de Projeto
3. Intervenção multidisciplinar

Mariana Faria Carreira da Silva

**ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR DESENVOLVIDO EM CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO.**

Esta tese foi avaliada e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA.

---

---

---

Asunción, Paraguay.

2019

A Deus em primeiro lugar, aos meus guias espirituais e a minha ancestralidade pela força, coragem e direcionamento na construção dessa pesquisa. Também dedico a minha filha que incansavelmente disse-me que se orgulhava de mim e que eu chegaria ao final vitoriosa e ao meu avô Theoclimenes (in memoriam) que estaria muito feliz com essa conquista.

## Agradecimentos

A princípio o curso de mestrado era um sonho, depois um grande desafio a se realizar. Para chegar ao final passaram-se muitos momentos difíceis, muitas mudanças, muitas incertezas, medos e mesmo assim, até aqui, tenho muito a agradecer, assim como reconhecer a importância daqueles que me acompanharam ao longo da minha formação. Espero lembrar-me da maioria e expressar o meu carinho e gratidão pelo apoio entre tantas outras coisas. Por isso, reconheço e agradeço:

A Deus, por ser o meu maior mestre.

Aos meus pais, Sérgio e Laurecy, por me educarem e formarem a ser quem sou. Por incentivar, sustentarem os meus sonhos e desafios, pelo apoio e amor incondicionais, por incansavelmente torcerem por mim.

A minha Vó Dulce que me apoiou financeiramente para que eu concluísse essa etapa da minha vida.

A minha filha Rafaella que sempre compreendeu meus momentos de ausência e foi uma grande incentivadora.

Ao meu amor e companheiro Tiago que me apoiou e compreendeu meus momentos de angústia.

Às minhas amigas muito queridas às quais não me deixavam desistir, Daniele Rangel, Suely e Érica Cristina. Amigas que torceram, orientaram, administraram as idas e vidas a Assunção e me apoiaram até a conclusão do trabalho. E especialmente à Jamel Junia e Érica Cristina que me ajudaram de forma inigualável.

Às minhas colegas de trabalho do CAAPE e a Secretaria Municipal de Armação dos Búzios.

E, por fim, ao meu querido e estimado orientador, professor Doutor Tomás Campoy, que com paciência, apontou o melhor caminho a ser percorrido para o desenvolvimento desta pesquisa.

Enfim, a todos que de alguma forma, fizeram parte desse trabalho.

“A gratidão é a memória do coração” (Antístenes).

#### Epígrafe

Os indivíduos possuidores de alguma deficiência assistem ao esgotamento de suas possibilidades de aprendizagem, uma vez que a própria dinâmica educativa solicita resultados que só podem ser atingidos ao apresentarem um suposto padrão considerado normativo. Portanto, inclusão escolar não pode se tratar apenas da colocação de indivíduos historicamente diferenciados e estigmatizados diante de um currículo que apresenta problemas graves de qualidade expressos pelos baixos níveis de aprendizagem que alcançam e altos níveis de evasão e repetência que proporcionam. Para que esse fato se materialize, a escola precisa enfatizar a reflexão e o diálogo, determinados pelo conhecimento, esclarecimento, isto é, por tudo aquilo que a cultura estabeleceu como verdadeiro na luta contra os mitos (MENDES E SILVA, 2014, p. 12).

## Resumo

A presente investigação tem como foco analisar o projeto de intervenção multidisciplinar aplicado no Município de Armação dos Búzios através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, realizado no Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando (CAAPE), baseado principalmente no desempenho acadêmico dos alunos com dificuldade de aprendizagem e público alvo da educação especial, perfil da clientela atendida e na sua inclusão no contexto escolar e social. Para tal, foram elencados três pontos que podem conduzir esta análise, que são: descrever o processo e a organização projeto para promover a inclusão, atentando para sua implementação e operacionalização; identificar, juntos aos participantes, os aspectos relevantes das ações desenvolvidas no projeto e analisar as fortalezas e debilidades internas, assim como as ameaças e oportunidades externas do projeto. O estudo está organizado em 6 capítulos, divididos em duas partes – marco teórico e marco metodológico. A investigação está fundamentada no modelo pragmático, técnica mista, modalidade análise de conteúdo. Também será utilizado o modelo Mckillip, técnica metodológica de análise de resultados DAFO. Será realizado um levantamento de dados através das legislações vigentes e pertinentes ao objeto de estudo, documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Armação dos Búzios, pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário, análise dos resultados também através do programa SPSS v.23. Por fim, serão apresentadas as conclusões do estudo e algumas sugestões para aprimorar o projeto.

Palavras chaves: 1. Educação Inclusiva. 2. Análise de Projeto. 3. Intervenção multidisciplinar.



## Resumen

La presente investigación tiene como foco analizar el proyecto de intervención multidisciplinario aplicado en el Municipio de Armação dos Búzios a través de la Secretaría Municipal de Educación, Ciencia y Tecnología, realizado en el Centro de Atención y Apoyo Pedagógico al Educando (CAAPE), basado principalmente en el desempeño académico de los "alumnos con dificultad de aprendizaje y público objetivo de la educación especial, perfil de la clientela atendida y en su inclusión en el contexto escolar y social. Para ello, se enlistaron tres puntos que pueden conducir este análisis, que son: describir el proceso y la organización proyecto para promover la inclusión, atentando para su implementación y operacionalización; identificar, juntos a los participantes, los aspectos relevantes de las acciones desarrolladas en el proyecto y analizar las fortalezas y debilidades internas, así como las amenazas y oportunidades externas del proyecto. El estudio está organizado en 6 capítulos, divididos en dos partes - marco teórico y marco metodológico. La investigación está fundamentada en el modelo pragmático, técnica mixta, modalidad análisis de contenido. También se utilizará el modelo Mckillip, técnica metodológica de análisis de resultados DAFO. Se realizará un levantamiento de datos a través de las legislaciones vigentes y pertinentes al objeto de estudio, documentos proporcionados por la Secretaría Municipal de Armação dos Búzios, investigación bibliográfica, aplicación de cuestionario, análisis de los resultados también a través del programa SPSS v.23. Por último, se presentarán las conclusiones del estudio y algunas sugerencias para mejorar el proyecto.

**Palabras-clave:** Educación Inclusiva; Análisis de proyectos; Intervención multidisciplinaria

**LISTA DE TABELAS**

Tabela	1	Enfoque Metodológico.....	85
Tabela	2	Caracterização da amostra.....	86
Tabela	3	Caracterização da titulação.....	87
Tabela	4	Estrutura física do CAAPE.....	89
Tabela	5	Desenvolvimento do trabalho.....	91
Tabela	6	Projetos.....	94
Tabela	7	Instrumentos de Observação e Análise.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro	1	Esquema geral da investigação .....	5
Quadro	2	Perguntas e objetivos geral e específico da pesquisa.....	80
Quadro	3	Variáveis e objetos de estudo.....	80
Quadro	4	Variáveis e categorias.....	81
Quadro	5	Cronograma da pesquisa.....	82

---

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	1	Formação.....	87
Gráfico	2	Titulação.....	88
Gráfico	3	Atende as necessidades dos alunos.....	89
Gráfico	4	Material Pedagógico.....	90
Gráfico	5	Modalidade de Atendimento Alunos com Dificuldade da Aprendizagem .....	91
Gráfico	6	Modalidade de Atendimento Inclusão .....	92
Gráfico	7	Percepção do Planejamento dos Atendimentos .....	92
Gráfico	8	Contribuição do Estudo de Caso .....	93
Gráfico	9	Confecção dos relatórios individuais .....	93
Gráfico	10	Reunião de Coordenação do CAAPE .....	94
Gráfico	11	Projeto “extra muros” .....	95
Gráfico	12	Ações Propostas às Famílias .....	95
Gráfico	13	Visitas às Unidades Escolares .....	96
Gráfico	14	Avaliação de Triagem .....	97
Gráfico	15	Ficha de Evolução .....	98
Gráfico	16	Relatório Descritivo .....	98
Gráfico	17	Portfólio como meio de Instrumento e Registro .....	99

**LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1	Década 50: Orla Bardot .....	35
Fotografia 2	Hoje: Orla Bardot .....	35
Fotografia 3	Escultura que homenageia a famosa atriz Brigitte Bardot .....	36
Fotografia 4	Cidade de Armação dos Búzios.....	36
Fotografia 5	Sede do CAAPE inaugurada em julho 2012.....	50
Fotografia 6	Sede do CAAPE inaugurada em julho 2012 – Entrada principal.....	50
Fotografia 7	Sede da Secretaria Municipal de Armação dos Búzios .....	51
Fotografia 8	Atual Sede do CAAPE .....	51
Fotografia 9	Salas de Recursos Multifuncionais .....	61
Fotografia 10	Recursos de Tecnologia Assistiva – SRM.....	74
Fotografia 11	Mapa do Município de Armação dos Búzios	83
Fotografia 12	Sede do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação – CEPEDE.....	83
Fotografia 13	CEPEDE – Aplicação do questionário.....	84
Fotografia 14	Parte da equipe CAAPE .....	103

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AC – Antes de Cristo
- ADA – Lei dos Americanos com deficiência
- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- CAAPE – Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando
- CADEME – Campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes mentais
- CAT – Comitê de ajudas técnicas
- CEB – Câmara de Educação Básica
- CEE/RJ – Conselho Estadual de Educação /Rio de Janeiro
- CEPEDE – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação
- CESB- Campanha para educação do surdo brasileiro
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNEC – Campanha Nacional de Educação dos Cegos
- CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
- DA – Dificuldade de Aprendizagem
- DAFO – Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades
- DC – Depois de Cristo
- DPEE – Diretoria de Políticas de Educação Especial
- EJA \_ Educação de Jovens e Adultos
- GPS – Sistema de posicionamento global
- IBC – Instituto Benjamim Constant
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC – Ministério da Educação
- OGS – Organizações Governamentais
- ONGS – Organizações Não Governamentais
- PAEE – Público Alvo da Educação Especial
- PEI – Plano Educacional Individualizado
- PME – Plano Municipal de Educação
- PNE \_ Plano Nacional de Educação
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- SECAD – Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SESPE – Secretaria de Educação

SRM – Sala de Recursos Multifuncionais

STF – Supremo Tribunal Federal

TA – Tecnologia Assistiva

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

PVC – Policloreto de vanila

V - Variável

V.23 - Versão 23

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1. FUNDAMENTO HISTÓRICO, FILOSÓFICO, POLÍTICO E LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL</b> .....	06
<b>1.1. O Progresso da Educação Inclusiva no Mundo</b> .....	06
<b>1.2. Os Marcos da Educação Inclusiva Brasileira</b> .....	13
<b>1.3. A Historicidade da Educação Inclusiva no Brasil República</b> .....	14
<b>1.4. Retrato dos Paradigmas da Educação Especial</b> .....	18
1.4.1 <i>O paradigma da Institucionalização</i> .....	19
1.4.2 <i>O paradigma de Serviços</i> .....	19
1.4.3 <i>O paradigma de Suporte</i> .....	21
<b>1.5 O Sistema Integrador Inclusivo</b> .....	23
<b>1.6 O Sistema Inclusivo de Ensino</b> .....	24
<b>1.7 Apontamentos Legais na Educação Inclusiva</b> .....	27
1.7.1 <i>Direito dos Estudantes com Deficiência, TGD e Altas Habilidades\ Superdotação</i> .....	28
1.7.2 <i>Participação da Família</i> .....	30
<b>2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS</b> .....	34
<b>2.1. Caracterização do Município de Armação dos Búzios</b> .....	34
<b>2.2. Apontamentos Legais da Educação Municipal</b> .....	37
2.2.1 <i>Direito a Matrícula como promotora de equidade</i> .....	44
<b>3. CAAPE – CENTRO DE ATENDIMENTO E APOIO PEDAGÓGICO AO EDUCANDO</b> .....	49
<b>3.1 As Dificuldades de Aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva</b> .....	54
<b>3.2 Suporte Pedagógico ao Aluno Público-Alvo da Educação Especial</b> .....	56
<b>3.3 A importância da Família no Processo Educacional do Aluno Includo</b> .....	60
<b>3.4 As Contribuições para Aprendizagem do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais</b> .....	60
3.4.1 <i>Tecnologia Assistiva a favor da Aprendizagem dos Estudantes com Necessidades Educativas</i> .....	73
<b>4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	78
<b>4.1. Fundamentação Metodológica</b> .....	78
4.1.1. <i>Objetivos da pesquisa</i> .....	78
4.1.1.1. <i>Objetivo geral</i> .....	79
4.1.1.2. <i>Objetivos específicos</i> .....	79
<b>4.2. Variáveis da pesquisa</b> .....	80
<b>4.3. Cronograma da pesquisa</b> .....	81



4.4. Contexto da pesquisa .....	82
4.5. População e amostra .....	84
4.6. O desenho da pesquisa .....	85
4.7. Elaboração e validação do instrumento .....	86
5. ANÁLISE DOS DADOS .....	87
6. CONCLUSÕES E PROPOSTAS .....	102
6.1. Conclusões .....	103
6.2. Propostas .....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106
REFERÊNCIAS ELETÔNICAS .....	110
APÊNDICES .....	112

# INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO

---

## INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como foco analisar o projeto de intervenção multidisciplinar realizado no Município de Armação dos Búzios através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, realizado no Centro de Atendimento e Apoio pedagógico ao Educando como política pública educacional inclusiva do município. Destina-se ao atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem e alunos PAEE – público alvo da Educação Especial.

O Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando (CAAPE) como parte integrante do sistema de ensino da rede municipal de Armação dos Búzios tem como objetivo proporcionar efetivas mudanças qualitativas no desenvolvimento global do aluno, através de profissionais especializados que atuam como mediadores da relação aluno/aprendizagem e atendimento dos alunos com transtornos funcionais específicos e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem, como também acompanhamento de alunos com Deficiência, TGD (transtorno global do desenvolvimento) e Altas habilidades/Superdotação.

A criação desse Centro tem por finalidade atender aos alunos que se caracterizam fundamentalmente pelas dificuldades no aprender, maiores do que as esperadas para a maioria dos alunos resistentes ao esforço pessoal e de seus professores, gerando um aproveitamento pedagógico insuficiente, conseqüentemente, o insucesso em sua vida escolar. Desta forma, cabe aqui refletir sobre os seguintes aspectos: esse projeto atende efetivamente o objetivo a que ele se propõe? O projeto atende as diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica? Que influências têm sobre o processo de aprendizagem dos educandos? Quais contribuições têm apresentado para a melhoria da aprendizagem dos alunos? Quais são os pontos fortes e debilidades desse projeto? Como aprimorar o projeto e o apoio pedagógico ao educando para melhorar a aprendizagem dos alunos?

Desta forma, esta pesquisa busca analisar a eficácia do projeto do CAAPE, baseado principalmente no desempenho acadêmico dos alunos com D.A. e PAEE e na sua inclusão no contexto escolar e social.

Mediante ao exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o projeto CAAPE aplicado na Cidade de Armação dos Búzios.

Como objetivos específicos ficaram definidos os seguintes itens: descrever o processo e a organização projeto para promover a inclusão, atentando para sua implementação e operacionalização desenvolvidas no CAAPE; Identificar, juntos aos participantes, os aspectos relevantes das as ações desenvolvidas no projeto; Analisar as fortalezas e as debilidades internas e ameaças e oportunidades externas do projeto CAAPE. (modelo DAFO)

O estudo está organizado em 6 capítulos, divididos em duas partes – marco teórico e marco metodológico, estando o último capítulo destinado às conclusões e sugestões. Ao término do trabalho serão apresentadas as referências utilizadas e os apêndices.

A primeira parte da pesquisa é formada pelos capítulos 1, 2 e 3.

No primeiro capítulo, apresento o fundamento histórico, filosófico, político e legal da educação especial e inclusiva no Brasil, seus principais documentos norteadores e a trajetória no mundo até os dias atuais.

No segundo capítulo descrevo o município de Armação dos Búzios, bem como alguns fatos históricos, demográficos, além de caracterizar a educação especial e inclusiva no município.

No terceiro capítulo apresento de forma detalhada o CAAPE – Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando, projeto este, foco da pesquisa. Assim como descrevo a contribuição do atendimento educacional especializado.

A segunda parte dessa pesquisa se dedica a apresentar a metodologia utilizada, bem como os resultados do um questionário fechado de respostas múltiplas e uma entrevista em profundidade aplicado aos professores especialistas e técnicos envolvidos no projeto analisado.

Também será descrito nesse capítulo, o detalhamento da metodologia aplicada, o caminho percorrido, desde a ideia inicial passando pelos instrumentos utilizados até os resultados obtidos.

Por último, no capítulo seis, apresento as conclusões que obtive após as análises, estudos e elaboração dessa pesquisa. Finalizo com as propostas, nas quais sugiro possíveis melhorias para projeto.

### **Justificativa**

Ao longo da minha vida profissional tenho percebido minhas inquietações, investimentos acadêmicos e pesquisas sobre os processos e as relações que envolvem sujeitos com dificuldade de aprendizagem, com deficiência e suas relações com a educação. Com 13 anos

de trabalho no projeto CAAPE observei as mudanças na dinâmica do funcionamento do projeto ao longo desses anos, assim como o espaço físico, de recursos humanos e pedagógicos, entre outras.

A organização de um processo de aprendizagem em uma proposta inclusiva requer inovação de práticas e modificação de valores que embasam a escola tradicional (Rodrigues, 2008). Um dos argumentos que norteiam esse processo de inclusão é o respeito à singularidade de cada indivíduo. Sendo considerado extremamente importante que as crianças possam estar nas escolas e nas salas de aula, aprendendo juntas, observando e respeitando as necessidades individuais de cada uma. Baumel (1998) diz que:

Em outras palavras, devemos pensar e crer que a escola inclusiva permite, na prática, evidenciar o fundamento de que todas as crianças devem aprender juntas, com dificuldades ou diferenças que apresentam. Isto se reporta à elaboração de planos que reconheçam e respondam às necessidades dos alunos. Em outras palavras, acomodar estilos, ritmos de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras (p.35).

De acordo com a legislação (Constituição, 1988) no Brasil, a escola deve garantir o acesso e a permanência dos alunos, com necessidades especiais, no processo inclusivo escolar. Na perspectiva do desenvolvimento e das relações deste processo inclusivo, de acordo com Gusmão, Martins, & Luna (2011):

A evolução do aluno depende do efeito que as relações estabelecidas entre todos os sujeitos que compõem o ambiente escolar (e interferem nele) têm sobre o grupo, dando condições para a continuidade do processo que tem como produto agregado a aprendizagem do aluno. A escola deve dispor de espaço físico acessível, mobiliário adequado, material adaptado, recursos pedagógicos, além de trabalhar com todos os alunos para que desenvolvam atitudes de aceitação e cooperação entre os colegas. A inclusão torna-se, neste caso, um modelo de atendimento que deve permear todas as ações voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais desenvolvendo um padrão de comportamento, de acolhimento e respeito das diferenças individuais (p. 81-82).

Através dos estudos realizados nesta pesquisa, percebi que quanto mais proporcionar a convivência em espaços com diversidades de hábitos, costumes, ações e reações, me-

diadas por profissionais qualificados, as possibilidades de aprendizagem e inclusão social são bem maiores, pois proporciona a construção de relações saudáveis e comportamentos adequados. É possível se fazer uma inclusão, desde que, os agentes envolvidos nesse processo acreditem. Embora a legislação tenha garantido a inclusão desses alunos no espaço escolar e social, a maior barreira enfrentada hoje é na individualidade de cada agente educador envolvido no processo.

### **Problema da investigação**

Partindo da situação exposta, foi realizada uma prévia revisão bibliográfica sobre o tema abordado e muitas perguntas e inquietações surgiram. Segundo Campoy (2016, p.47), “Todo problema de investigação tem uma origem que pode surgir de leituras, reflexões pessoais, experiências ou observação de situações”. Já Hernández, Fernández e Baptista (2014, p.29) afirmam que “As investigações se originam a partir de ideias, das quais podem ser originárias de distintas fontes e sua qualidade não está necessariamente relacionada com a fonte de onde provem. Com frequência, as ideias são vagas e devem traduzir-se em problemas mais concretos de investigação”.

Desta forma, surgiu como o problema deste trabalho, o seguinte questionamento: Como o projeto de intervenção multidisciplinar desenvolvido no Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando (CAAPE) contribui na aprendizagem dos alunos?

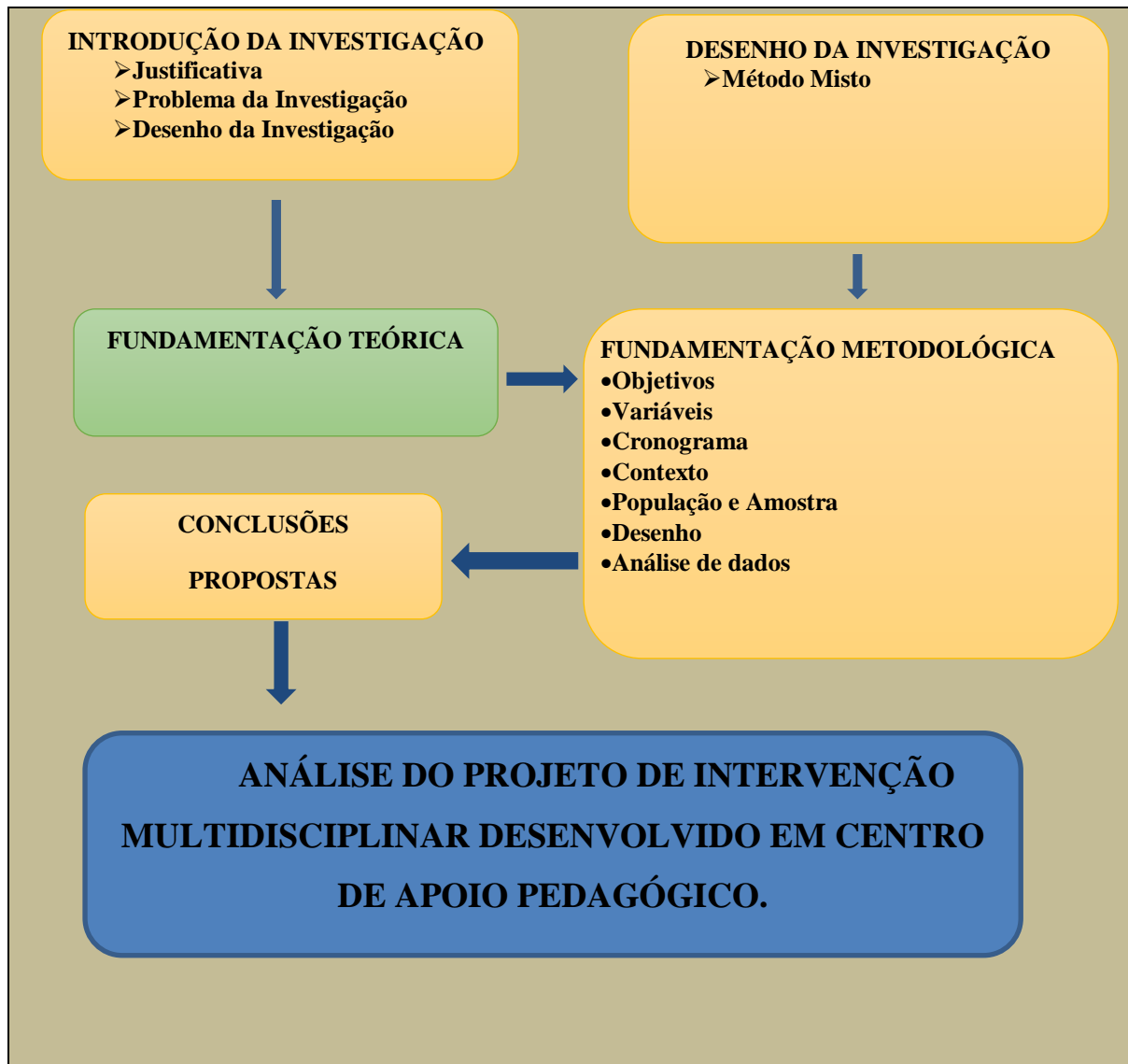
### **Desenho da investigação**

Para compor o desenho da investigação e realização do estudo foi realizado um levantamento de dados através de documentos relevantes para a efetivação do projeto tais como, Decreto de Criação, Plano Municipal de Educação, Regimento do Município de Armação dos Búzios, Regimento Interno do CAAPE, Legislações Municipais, Estaduais e Federais, Plano Nacional de Educação, Legislações referentes à Educação Especial e Inclusiva. Posteriormente foi elaborado um questionário semiaberto e aplicado a 80 profissionais que atuam direta e indiretamente com os alunos PAEE. O questionário foi aplicado no CEPE-DE – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação a equipe técnica da educação – Orientadores Educacionais e a Professores de Apoio a Educação Especial e aos técnicos (Psicólogos, Psicopedagogos, fonoaudiólogos, arteterapeuta, assistente social, pedagogo) que se propuseram a participar da pesquisa.

Desta forma, com base nas respostas do questionário, na análise documental e referências bibliográficas foi possível obtenção de dados para responder o questionamento da pesquisa.

De acordo com o problema e os objetivos, foi utilizada a metodologia quali-quantitativa, método misto modalidade *análise de conteúdo*.

Quadro 1 - Esquema geral da investigação



# CAPÍTULO 1

## FUNDAMENTO HISTÓRICO, FILOSÓFICO, POLÍTICO E LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

---

Este primeiro capítulo retrata a evolução da Educação Especial no Brasil e no Mundo. O aprofundamento desse retrato histórico pelo qual atravessou as pessoas com deficiência, só foi possível após estudo bibliográfico, destacando as várias etapas de exclusão, segregação, como também o atendimento oferecido as pessoas com deficiência desde a idade antiga de forma assistencialista até os dias atuais em que são incluídas nas salas regulares de ensino.

Em se tratando das dúvidas que permeiam alguns conceitos inclusivos, faremos neste capítulo um breve apanhado sobre verdadeiro significado de integração e inclusão, sendo assim, no decorrer desse capítulo será possível compreender a grande diferença entre esses dois conceitos e saber exatamente que termo usar quando está se procurando vivenciar uma inclusão de qualidade.

Ainda neste capítulo, abordaremos a importância e contribuições das Políticas Públicas Educacionais Inclusivas, bem como iremos aprofundar os conhecimentos legais a respeito desse assunto tão discutido atualmente.

### **1.1.O Progresso da Educação Inclusiva no Mundo**

A história da Educação Inclusiva, no mundo, é conhecida através de livros, documentos, leis que recontam os avanços inclusivos dos primórdios até os dias de hoje.

Ao longo da história da humanidade, as pessoas que apresentavam alguma deficiência eram excluídas ou segregadas. A Educação Especial é caracterizada por diversos acontecimentos históricos em diversas épocas e culturas. Diante dessas informações pode-se destacar três atitudes que marcaram a história da Educação Especial no mundo: a marginalização, o assistencialismo e a educação/reabilitação. Brasil (2006, p. 5) conceitua bem esses três termos no qual se tornaram tão importantes para melhor entender a história da educação especial.

A marginalização é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva a uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população. O assistencialismo é uma atitude marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, porque permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhada pelo princípio cristão de solidariedade humana, que busca apenas dar proteção às pessoas com deficiência. A educação/reabilitação apresenta-se como uma atitude de crença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são voltadas para a organização de serviços educacionais.

Na época da idade antiga em que se valorizam corpos fortes e saudáveis, as pessoas que possuíam alguma deficiência sofreram grandes problemas por não se igualar a estrutura física exigida pelos padrões da época.

É possível destacar que as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, fugiam a aceitação e rotina dos grupos, eram vistos como empecilhos e incapazes de realizar os trabalhos diários, os demais ditos “normais” acreditavam que esses indivíduos não eram capazes de conseguir sobreviver por si mesmo as ameaças da vida e poriam em risco a sobrevivência do grupo. Por essa razão eram abandonados em lugares perigosos para que ali morressem naturalmente ou até mesmo mortos por algum tipo animal. Esse primeiro período é marcado pela exclusão, extermínio e o abandono onde esse grupo de pessoas não tinham direito a vida.

Sobre isso Stobaus e Mosquera (2003 p.16) apud Fernandes (2007) descrevem através de um manuscrito de governantes espartanos:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas dá razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompê-las.

Logo, Bianchetti (1998, p. 27), reforça o que foi dito quando diz que “É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela



sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa, característicos da nossa fase histórica.”

No período Antigo (3.500 a.C. a 476 d.C.) mais conhecido como era pré-cristã, não foram encontrados dados que confirmem o atendimento especial disponibilizado a essas pessoas, o termo Educação Especial praticamente não existia, bem como toda e qualquer deficiência estava associada a doença e os pais dessas crianças, eram considerados castigados ou amaldiçoados, nos quais seus filhos muitas vezes sofriam extermínio por esse motivo.

Esse período é marcado pelo abandono, maus tratos e exclusão. Apenas a Bíblia apresenta registro histórico de cura, de assistência e de preocupações com essas pessoas ligadas a religião cristã. Os fatos históricos apresentam durante milhares de anos total abandono e exclusão às pessoas com deficiência.

Na chegada da Idade Média que se inicia no ano 476 d.C a 1.453 d.C a deficiência ainda existia grande preconceito, a exclusão continuava forte e segregar ainda era a única forma de agir diante dos fatos.

Assim, Sasaki (1997), relata a esse respeito que:

[...] a exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência (pp. 30-31).

Após milhares de anos de maus tratos é chegada a era cristã e esse novo período apresenta um novo momento para a educação especial, o indivíduo com necessidades especiais passa a ser visto e tratado com misericórdia e benevolência, o atendimento se concretiza através de instituições religiosas sabendo que as primeiras deficiências a serem um pouco mais assistida por essas instituições foram as deficiências sensoriais: destaca-se a cegueira e a surdez.

Nesse período da história o assistencialismo cristão ainda é a única intervenção, sendo importante relatar que as pessoas já não sofriam extermínio, pois diante dos olhos da religião eles eram criadas a imagem e semelhança de Deus, mesmo assim com a mudança

nas ações e da sociedade, nem todos agiam dessa forma, toda essa misericórdia e benevolência dependia muito do olhar caridoso da sociedade.

Pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da assunção das ideias cristãs, não mais podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus. Assim, eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana. Da mesma forma que na Antiguidade, alguns continuavam a ser “aproveitados” como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição, etc (Brasil, 2005, pp. 8-9).

Esse período em que retrata a história da Idade antiga e Idade observa-se algumas transformações que contribuíram para que essas pessoas já não sofressem extermínio, contudo, como retrata alguns autores e até mesmo algumas leis alguns desses seres humanos ainda eram aproveitados de maneira errônea, não havia um total respeito com esses seres humanos.

O início da Idade Moderna que procedeu entre os anos (1453 d.C. a 1789 d.C.) é possível destacar algumas mudanças sutis no comportamento das outras pessoas com relação aos que tinha deficiência, há registros históricos de que acontece uma pequena diminuição quanto ao preconceito diante, porém, ainda são consideradas seres incapazes e improdutivos.

A chegada do século XV surge em Valência - Espanha a primeira instituição para doentes mentais, criada pelo padre Joan Gilabert Jofré (1350-1417) religioso espanhol, que após presenciar a morte por linchamento de um doente mental, dedica sua vida a cuidar dos islâmicos com problemas mentais, a criação dessa instituição teve o apoio do Rei Martin de Aragão. Essa instituição foi pioneira em atendimentos aos doentes mentais, os monges se empenhavam a resgatar cristãos alienados ao mundo islâmico e a trata-los nessa instituição. Após o surgimento desse hospício durante o século XV e XVI surgiram muitas instituições envolvidas no tratamento das pessoas com comprometimento mental.

Com o surgimento de várias instituições para o atendimento a deficiência mental, cresce também os estudos sobre suas causas, os médicos estavam curiosos em saber as causas do déficit. Além da curiosidade médica, nesse mesmo período nasce o interesse

educacional nessa área, alguns estudiosos pedagogos estavam interessados em descobrir como se constituía o desenvolvimento educacional desses seres.

Após todos esses acontecimentos as pesquisas se intensificaram no século XVI, XVII e XVIII nas áreas das deficiências sensoriais (surdo, mudo e cego), e somente no final do século XVIII a área intelectual é discutida e analisada por médicos e pedagogos e o conhecimento mais aprofundado de suas patologias contribuiu para valorização e o estudo de suas características, com isso os médicos puderam compreender que a causa estava ligada a lesões no organismo, destruindo os mitos existentes há milhares de anos sobre suas reais causas.

Porém mesmo após tantas descobertas e alguns avanços científicos e educacionais, no século XIX o caráter institucional assistencialista continua sendo a única maneira de atendimento, esse século é marcado por um grande aumento nas instituições e as pesquisas médicas aprofundaram o entendimento dos problemas mentais e suas consequências. Pode-se destacar o psiquiatra francês Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), sobressaindo as pesquisas do professor Philippe Pinel, (1745 a 1826) dividiu o retardo mental em dois níveis, que são: Imbecilidade: retardo mental leve, pode educar. Idiotice: retardo mental grave, não suscetíveis de educar.

Mediante estudos, Jean-Étienne através de testes, dividiu em dois níveis os déficits mentais os que diante de sua deficiência mais leve poderiam ser educados e aqueles que apresentavam retardo grave, impossíveis de se educar. Portanto os resultados desses testes seriam primordiais para decidir o futuro educacional dessas pessoas.

É perceptível o avanço histórico nos embates educacionais, como foi retratado anteriormente o estudo sobre as causas e desenvolvimento das pessoas com deficiência aumentaram significativamente desde a idade média, pode-se destacar a contribuição dos estudos do médico Jean Marc Itard (1774-1838), responsável pelo Instituto Nacional para o Surdo em que recebe uma criança de 12 anos, resgatado em uma floresta, chamado de Victor, o Selvagem de Aveyron. Após receber o menino em seu instituto ele aplica os testes do psiquiatra francês e percebe-se que Victor obtém diagnóstico de idiota, e assim inicia-se atendimento médico e educacional, com utilização de recursos como a língua de sinais e tratamento moral, técnica do professor Pinel, pois acreditava-se que essa criança poderia ser educada, porém diante de todas as intervenções possíveis para a época Victor quase não evoluiu. Logo, Jean Itard aderiu o pensamento do psiquiatra francês que acreditava que o passado tem grande contribuição para com o presente e para o desenvolvimento do futuro,

ou seja, uma criança largada a sorte a cerca de 5 anos, possuidora de traços autistas, não falava e não ouvia, carregava consigo uma trajetória quase irreversível. A partir de então Jean Itard relatou em seus documentos tentativas psiquiátricas quanto ao menino selvagem, desordem psiquiátrica infantil ao longo de quatro anos.

Estes relatos foram muitos discutidos ao longo da história e proporcionou grandes contribuições para a história da educação inclusiva, logo, o educador e médico O. Séguin (1812-1880) surge com uma nova linha de pensamento e suas obras publicadas fogem ao conceito defendido por Itard e do tratamento moral de Pinel, adquirindo sua própria linha de raciocínio.

Por sua vez Seguin é considerado pioneiro no atendimento a crianças com retardo mental, dispôs sua contribuição em hospícios e fundou uma escola para idiotas em Paris, como também contribuiu para a organização de escolas especiais em vários estados. Seus métodos eram mais reconhecidos em outros países, na qual a educadora e médica italiana Maria Montessori (1870-1952) foi sua discípula e seguiu sua linha de pensamento, Montessori verificou a importância de conhecer as diferenças individuais e buscar questões metodológicas possíveis ao aprendizado educacional.

Ao discorrer sobre esses momentos históricos da educação inclusiva, percebe-se que houve grandes obstáculos e sofrimentos vividos por essas pessoas até meados do século XIX, e chegando o ano de 1950 a segregação da vaga a integração, por conseguinte, o atendimento na chegada dessa década volta-se para a aprendizagem educacional desses indivíduos.

Finalmente a ideologia educacional acontece por volta do ano de 1978 com a publicação de informação de Warnock (1978), propõe a mudança de modelos.

Relata-se o Modelo Integrador que se apoia nesses 4 princípios: Integração; Setorização (serviços de especialização), Normalização, Individualização (cada caso é um caso).

A proposta de integração, possibilita a esses indivíduos frequentar a escola regular, mas, tal proposta é dificultada quando se deparam com a falta de preparo pedagógico, falta de recursos pedagógicos e tecnológicos nas escolas. Com todos esses entraves, a Educação Inclusiva ganha grande espaço e evolui significativamente, pois diante da nova proposta de integração, esses sujeitos já não estavam segregados em instituições médicas ou religiosas e sim estavam desfrutando das oportunidades educacionais oferecidas no início do movimento de integração, apresenta grande diferença do caráter assistencialista que perdurou por milhares de anos.

Contudo, mesmo apoiados pela proposta de integração, nem todas as crianças tinham acesso a essa nova oportunidade educacional, muitas foram deixadas às margens da possibilidade de se educar, ora por possuir severa deficiência, ora por possuir déficit de aprendizagem, e mais, sua condição social também contribuía com as possibilidades de acesso, entre outros motivos colocados em questão para continuar excluindo o acesso à escola comum. Para Carneiro, 2007, p.15 “As crianças que não seriam absorvidas pelas redes escolares de ensino, incorporou uma população identificada como portadora de déficits de aprendizagem, na sua grande maioria provenientes das classes subalternas. Assim, tal expansão, se constituiu em mais um elemento no processo de seletividade social promovido pela escola pública”.

O movimento de integração possibilitou grandes transformações no contexto do ensino regular e várias definições envolvendo as nomenclaturas foram adotadas, surgia uma nova configuração do atendimento educacional para as pessoas com deficiência, surge o termo necessidades educacionais. Esses sujeitos passaram a ser chamados de pessoas com necessidades educacionais especiais e não mais “deficientes” ou “portadoras de deficiência” esses termos a partir de então estavam extintos.

Para melhor entendimento sobre as grandes convenções que possibilitaram as mudanças e os avanços na Educação Especial no mundo inteiro, destaca-se abaixo as conferências internacionais que contribuíram para evolução da Educação Inclusiva:

- 1990: Jomtien – A ideia de educação para todos concebida em Jomtien não se concentrava nos sistemas educativos, mas na aprendizagem em sentido mais amplo, isto é, fortalece uma visão de educação com conceito mais amplo do que a escolarização.
- 1993: Unesco – Os direitos humanos abrangem dimensões maiores do que o entendimento comum, sobre limitar-se apenas aos direitos políticos ou civis, isto é, abrangem outras dimensões: econômicas, sociais, culturais e ambientais.
- 1994: Declaração Salamanca - toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades.
- 2000: Dakar – A conferência estabelece como inaceitável os seguintes pontos:

- mais de 13 milhões de crianças (a maioria meninas) não tenham acesso ao ensino inicial;
  - 880 milhões de adultos seguem no analfabetismo;
  - à discriminação continua infiltrada nas instituições escolares;
  - a qualidade de ensino não alcança satisfazer as necessidades da sociedade.
- 2006: Convenção dos Direitos Humanos - igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam realizar tal direito.
- 2009: Seguimento da Declaração de Salamanca
- É em 1994 com a Declaração de Salamanca quando se produz uma nova evolução quando surge a ideia da Educação Inclusiva, que supõe um avanço significativo. Desde o ponto de vista que a criança tem que se adaptar a escola, após Salamanca a escola é que deve mudar para adaptar-se a criança.

## **1.2. Os Marcos da Educação Inclusiva Brasileira**

Os avanços percebidos na Educação Inclusiva no Brasil aconteceram na época do Brasil império, no final do século XVIII início do século XIX. Baseado nos conceitos norte-americanos e europeus, algumas instituições foram fundadas, como o Instituto dos Meninos Cegos, criada por Dom Pedro II em 1854 (Jannuzzi 2006 e Mazzota, 2005). A origem dessa instituição teve início após o Jovem brasileiro cego José Alvares de Azevedo, estudante de uma instituição para cegos em Paris, retornar ao Brasil e após tomar conhecimento do abandono que sofriam as pessoas cegas. Nesse mesmo contexto, o médico do imperador (José Francisco Xavier Sigaud) e também pai de uma menina cega tomou conhecimento de uma obra que esse jovem havia publicado e convidou-o então para alfabetizar sua filha (Adèle Marie Louise), com excelente resultado obtido, despertou o interesse do então advogado e deputado geral Couto Ferraz e com isso deu-se início a fundação da Instituição dos Meninos Cegos existente até hoje com o nome Instituto Benjamim Constant - IBC. Ainda nesse período, precisamente no ano de 1857, foi criado o Instituto Surdos-Mudos, baseados nos mesmos conceitos europeus e norte-americanos (Jannuzzi 2006 e Mazzota, 2005).

Mesmo após o interesse de alguns políticos e depois de algumas instituições fundadas, o governo não se mostrava interessado em investir no aprimoramento dessas instituições, havia pouco investimento, colocando em esquecimento o desejo de desenvolvimento educacional desses indivíduos. Apenas as pessoas diagnosticadas com deficiências severas foram colocadas na linha de preocupação governamental e eram atendidas pelas instituições, ou seja, resgata o atendimento assistencialista médico e não educacional, contribuindo para o surgimento de mais uma instituição médica, o hospital psiquiátrico da Bahia (1874) para atendimento as pessoas com problemas mentais. No mesmo ano surge o hospital pioneiro em atendimento mental, o Hospital Juliano Moreira em Salvador, logo mais em 1887, é criado no Rio de Janeiro a Escola México para atendimento de pessoas com déficits físicos e intelectuais.

A história marcou descaso do poder público com a escolarização durante essa época, as instituições existentes foram criadas apenas para atendimento as causas graves, todas as instituições brasileiras criadas até então possuíam caráter assistencialista.

### **1.3. A historicidade da Educação Inclusiva no Brasil República**

A chegada Proclamação da República em 1889, se depara com um fato ainda muito rotineiro no que diz respeito a Educação Inclusiva, esse fato histórico de grande valor para o Brasil se depara com educação especial brasileira quase inexistente, esses indivíduos ainda eram enxergados como seres incapazes, o Brasil não dispunha de instituições para receber esses indivíduos, havia apenas instituições assistencialistas para atender os cegos ou surdos-mudos, atendimento exclusivamente médico, nada que se refere a atendimento educacional.

A história relata que os indivíduos com problemas mentais severos eram segregados em clínicas psiquiátricas e manicômios, impossibilitadas do convívio social, acreditava-se que eles seriam riscos para outras pessoas. Os demais, com um grau de deficiência menor, conviviam com sua família, mais sem destaque nenhum na sociedade. A deficiência na época do Brasil república estava relacionada a problemas de saúde, em geral atribuída à sífilis, tuberculose, doenças venéreas, pobreza e falta de higiene, portanto apenas a área médica estava interessada na cura dos déficits.

Os interesses políticos alavancaram o surgimento de algumas instituições, surgiram algumas clínicas de internação baseado no conceito europeu com o intuito de integração e posteriormente inserção no mercado de trabalho, a questão é que, não existia espaço para essas pessoas no mercado de trabalho, isso tem uma seguinte justificativa: a muitos anos dispôs apenas de acompanhamento assistencialista e com isso ainda havia a crença que a deficiência estava relacionada com a incapacidade.

Nesse período destaca-se o fracasso do Imperial Instituto dos meninos cegos, a causa identificada teria sido: problemas financeiros, financeiros e também morais.

Logo após a proclamação, o Brasil passou por uma fase de reestruturação da república, houve várias mudanças na educação devido as transformações da política social, a instabilidade financeira, permitiu que o sistema educacional continuasse dividindo as classes, pois os menos favorecidos não tinham a mínima possibilidade de acesso educacional.

Diante das circunstâncias estabelecidas, foram adotadas várias estratégias para o atendimento educacional desses estudantes e no ano de 1911 foi criado em São Paulo, Serviço de Higiene e Saúde Pública, dedicado à criação de classes especiais e formação de profissionais, no intuito de melhorar o acesso e atendimento dessa clientela. Logo após, precisamente no ano de 1917, as pessoas com deficiência passaram por uma análise e assim foram divididos de acordo com a gravidade que se encontrava, o intuito dessa análise foi conhecer melhor o grau do problema e assim formar profissionais com conhecimento para atuar em cada área distintamente.

O Brasil registrou um aumento das instituições no período entre 1903 a 1930, ao mesmo tempo que cresce a preocupação com as pessoas que apresentavam problemas mentais. Dentre as várias instituições fundadas algumas foram destaque como por exemplo:

- Pavilhão Bourneville - RJ (1903); Sociedade Pestalozzi - RS (1920); Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs (1920); Pavilhão de Menores do Hospital Juqueri - SP (1923); União dos Cegos do Brasil – RJ (1924); Instituto São Rafael (1926) MG; Instituto Padre Chico – SP (1929); Sodalício da Sacra Família – RJ (1929); Instituto Santa Terezinha – PA (1929) (Brasil, 1975).

O ano de 1930 foi marcado pelo aumento no número de instituições. Devido à preocupação com a deficiência mentais várias instituições surgiram para atendimento dessa clientela e se destaca as seguintes instituições:

- Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (Belo Horizonte), do Brasil (Rio de Janeiro, 1945) e do Estado do Rio de Janeiro (Niterói, 1948); Fundação Dona Paulina de Souza



Queiroz (São Paulo, 1936), Escola Especial Ulisses Pernambucano (Recife, 1941), Escola Alfredo Freire (Recife, 1942), Instituição Beneficente Nosso Lar (São Paulo, 1946), Escolinha de Arte do Brasil (Rio de Janeiro, 1948) e Escola Professor Alfredo Duarte (Pelotas, 1949) (Brasil, 1975).

A história retrata através de suas instituições que o interesse com esses indivíduos estava apenas relacionado a cuidados médicos ligados a propósitos filantrópicos e caridosos, a educação não estava nos propósitos institucionais dessa época.

Por conseguinte, a deficiência visual avançou muito relacionado a criação de instituições, podendo destacar as seguintes:

- Os Institutos dos cegos do Recife (1935), da Bahia (1936), São Rafael (Taubaté/SP, 1940), Santa Luzia (Porto Alegre/RS, 1941), do Ceará (Fortaleza, 1943) da Paraíba (João Pessoa, 1944) do Paraná (Curitiba, 1944), do Brasil Central (Uberaba/MG, 1948) e de Lins (São Paulo, 1948). A Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização para Cegos (São Paulo, 1942) e a União Auxiliadora dos Cegos do Brasil (Rio de Janeiro, 1943), 1946 a Fundação do Livro do Cego no Brasil, a Escola Louis Braille, de Pelotas (1952), o Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (1963), a Escola de Cegos do Maranhão (1964) e a Associação dos Cegos do Piauí (1967).

- Fundaram-se o Pavilhão Fernandinho Simonsen, na Santa Casa de Misericórdia, Lar Escola São Francisco e a Escola Nossa Senhora de Lourdes para a deficiência física.

- Para a deficiência auditiva, O Inês, de Belo Horizonte é o único a surgir em 1947; posteriormente para a deficiência auditiva surgiram as seguintes instituições: em Curitiba, a Escola Epheta (1950); em Recife, o Instituto Domingos Sávio (1952); a Escola Santa Cecília, no Rio de Janeiro (1957); em São Paulo, Instituto Educacional São Paulo (1958); no Rio de Janeiro, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1959); em São Paulo, o Instituto Dona Conceição (1960); na cidade de Fortaleza, o Instituto Cearense de Educação de Surdos (1968); e em Salvador, a Escola Santa Maria (1970) (Brasil, 1975).

Por sua vez, houve expansão no atendimento dos sujeitos com déficits mentais entre as décadas de 50 e 60, ocorreu também apoio e recursos financeiros e técnicos do governo federal a instituições e as secretarias de educação. Entre os anos de 1957 e 1993 o governo assume o atendimento aos alunos especiais; surgindo assim várias campanhas.

Nesse momento registra-se um grande interesse das instituições privadas, além das instituições filantrópicas existentes, e com isso fundou-se a Escola Mundo Infantil em São Paulo (1956), o Centro Ocupacional Avandava (1968), a Escola da Carminha (1973), a

Escola Jatý (1969) que recebia pessoas com problemas neuromotor graves e o Piratinis Instituto Educacional (1971) (Brasil, 1975).

Nesse momento de resgate histórico, vale salientar que a Federação Nacional das APAEs (1962), com suas 12 instituições espalhadas pelo Brasil deram suporte a obtenção de respaldo legal. Diante do crescimento ao atendimento surgiram decretos que foram importantes para a Educação Especial: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB (Decreto nº 42.728, de 03/12/57), promove por todos os meios, medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala; a Campanha Nacional de Educação dos Cegos – CNEC (Decreto nº 48.252, de 31/05/60) (Brasil, 1960) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CA-DEME (Decreto nº 48.961, de 22/09/60) (Brasil, 1960), tem por finalidade promover a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo.

Assim, após tantos acontecimentos, o termo inclusão/integração chega ao Brasil no início da década de 70, quando os novos modelos se opunham aos modelos de segregação existentes e passa garantir o acesso a institucionalização da Educação Especial, com isso surgiram uma grande quantidade de salas especiais dentro escola regular, essas salas eram mantidas pelas secretarias de educação e ficava por conta de a escola pública receber alunos com deficiência mental leve. O aluno integrado necessitava se adaptar a escola, ou seja, dependia de seu esforço pessoal para melhor se encaixar nos paradigmas da escola regular, isto é, de acordo com Carneiro (2007, p. 15), “As escolas especiais passaram a se construir em um espaço de segregação dentro das escolas comuns”.

É criado nessa mesma década o Decreto nº 72.425/1973 Brasil, (1973), cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências com o intuito de planejar e promover o desenvolvimento da Educação Especial, bem como a avaliação e a execução de programas, realizando pesquisas educacionais, tendo em vista à melhoria do atendimento. Tempos depois, o órgão foi transformado em Secretaria de Educação Especial – SESPE. Sua extinção aconteceu em 1990, a Educação Especial passa a ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb, na qual foi criado o Departamento de Educação Supletiva e Especial. Após Fernando Collor de Melo assumir a presidência em 1990 ocorre o retorno da Secretaria de Educação Especial (Mazzotta, 2005).

Segundo Jannuzzi (2006, p. 137):

À década de 1970 pode ser considerada um dos marcos da educação especial, pois nela ocorreram alguns acontecimentos que evidenciaram a área. Foi, também e principalmente, a partir desse período, por meio do discurso em defesa da normalização e da integração, que as reformas educacionais passaram a área da educação especial.

Em pleno acordo com o dito por Jannuzzi foi uma década com grandes conquistas, houve investimentos na formação de professores para atuar nessa área, aprimoramento das técnicas e instrumentos de ensino, preocupação em favorecimento do ensino aprendizagem dos alunos. Entretanto esse serviço ainda deixava alguns alunos fora da escola por apresentarem deficiências graves, os princípios normativos se expandem no território brasileiro a partir da década de 80.

A história é marcada pela integração com princípios normativos, que possibilitam condições e oportunidades na sociedade em que vivem, desenvolve-se assim o paradigma da integração, ou seja, o aluno passa por um tempo de avaliação e adaptação na sala especial, só após esse período é que ele, dependendo de suas condições, poderá ser promovido para a sala de aula regular.

Subsequentemente surge o paradigma da inclusão, a escola comum passa a receber o aluno com necessidades especiais, sem distinção, isto é, todos têm direito a educação na sala regular de ensino. Entre a década de 80 e 90, já não cabia ao aluno se adaptar a escola e sim a escola se adaptar ao aluno e oferecer a ele oportunidade de desenvolvimento educacional e social.

Em continuidade, já na década de 90 surge no Brasil um documento importante, a Política Nacional de Educação Especial. Esse documento amplamente discutido pelas Organizações Governamentais – OGs e Não Governamentais – ONGs, inclui todas as deficiências e inclui as pessoas altas habilidades. O termo deficiente passa a ser substituído por necessidades educativas especiais (Brasil, 2006).

#### **1.4. Retrato dos Paradigmas da Educação Especial**

Antes de relatar sobre os paradigmas que nortearam a Educação Especial é importante conceituar o termo paradigma. Paradigma é um padrão ou modelo a seguir, ou seja, conjunto de valores e ideias dentro de um contexto social.

Três paradigmas resumem a Educação Especial no Brasil:

- ❖Paradigma da Institucionalização
- ❖Paradigma de Serviços
- ❖Paradigma de Suporte

A Educação Especial estar dividida em três paradigmas que explicam e direcionam bem os avanços históricos educacionais relacionados e discutidos até aqui. Esses três paradigmas explicam de uma forma clara todas as fases que aconteceram na Educação Especial.

#### **1.4.1. O Paradigma da Institucionalização**

Este paradigma constitui em uma exclusão total, esse período foi considerado um momento em que as pessoas sofriam extermínio, por serem consideradas amaldiçoadas ou por possuírem características diferentes dos padrões comuns da época. Logo após intervenção médica, esses indivíduos já não eram mais condenados à morte, passaram a ser segregados em asilos, manicômios ou clinica psiquiátricas longe de sua família, para tratamento de sua deficiência. Segundo Aranha (2003, p. 11), “começaram a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, como locais para confinar, mas do que para tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade, ou ambos”.

Esse paradigma permaneceu forte no Brasil por aproximadamente 500 anos, por volta da década de 60, surgem várias reflexões e críticas sobre os direitos humanos, principalmente os direitos da minoria, com isso novas reformulações dos conceitos já existentes entraram em discussão.

#### **1.4.2. O Paradigma de Serviços**

Com a chegada da década de 70, após várias críticas, o Paradigma de Institucionalização perde forças e com isso surgem novas ideias. Após várias discussões e reflexões adota-se a normalização da Educação Especial com conceitos de integração, que consiste em capacitar esses alunos para assemelhar-se o máximo possível aos demais cidadãos para assim ser inserido ao convívio social. O Brasil passou assumir:

- ❖ O princípio de normalização como critério norteador da avaliação social;
- ❖ O Paradigma de serviços como modelo de atenção à pessoa com deficiência, na área educacional. Assim, recomendava a prestação de serviços educacionais técnicos, especializados, como o objetivo de promover adaptação da pessoa ao seu meio social (Brasil, 2005, p. 6).

Segundo Sasaki (1997, p. 30):

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Com base nessa informação, suas diferenças e suas deficiências eram respeitadas e tinham direito a uma vida normal. A integração exige mudança no suporte e serviços oferecidos pelas instituições

As instituições se organizam em três etapas:

- a primeira, de avaliação, em que uma equipe de profissionais identificaria tudo o que, em sua opinião, necessitaria ser modificado no sujeito e em sua vida, de forma a torná-lo o mais normal possível;
- a segunda, de intervenção, na qual a equipe passaria a oferecer (o que ocorreu com diferentes níveis de compromisso e qualidade, em diferentes locais e entidades), à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior;
- a terceira, de encaminhamento (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na comunidade (Brasil, 2005, p. 18-19).

A integração consiste na adaptação do aluno à escola, a escola não se modifica para recebê-lo. A escola oferece serviços e suportes, mas, o aluno precisa se ajustar as normas estabelecidas.

Segundo Glat (1995, p. 91) a integração:

Ao contrário do que geralmente se proclama, a questão da integração dos portadores de deficiências não é apenas um problema de política educacional, nem se resume a colocar estas crianças em classes regulares. Como já discutimos, integração refere-se ao relacionamento entre pessoas, e isso é um pouco mais complexo do que garantir a matrícula na escola pública.

De acordo com Rodrigues (2006, p. 303), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ se tem que adaptar”. Durante o movimento da integração houve um aumento significativo das salas especiais situadas na escola regular. O processo de integração principia com a inserção na sala especial, o aluno é preparado e depois de um determinado período passa por avaliação e se estiver desenvolvido satisfatoriamente é inserido na sala regular, entretanto muitos não se desenvolviam e com isso continuavam segregados em uma sala especial. “A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola” (MEC, 1994).

Tempos depois o Paradigma de Serviços enfrentou problemas, várias críticas surgiram vindas de cidadãos que atuavam em órgãos representativos, as pessoas com deficiência passam a ser visto como um ser humano qualquer, com direitos e oportunidades, enfraquecendo o paradigma da normalização.

### **1.4.3. O Paradigma de Suporte**

O pressuposto desse paradigma se fundamenta na questão do enfoque em esses sujeitos com deficiência possui os mesmos direitos que outro cidadão qualquer, bem como, é disponibilizado suportes e instrumentos necessários ao acesso e a participação ativa na sociedade. Entretanto, o objetivo é capacitar recursos humanos, incentivar a conscientização e respeito da sociedade quanto à adequação do espaço físico, humano, comunicação, legal,

entre outros, ou seja, é de cada um à responsabilidade de uma sociedade inclusiva. O resultado não depende da ação individual, mas sim um processo que envolve tanto a pessoa com deficiência como toda a comunidade envolvida.

Ele tem se caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Para tanto, fez-se necessário identificar o que poderia garantir tais circunstâncias (Brasil, 2005, pp. 20-21).

Pode-se destacar uma grande diferença entre o Paradigma de Serviços e o Paradigma de Suporte. O primeiro exige uma mudança efetiva no indivíduo, com princípios de normalização, já o de Suporte se configura nos princípios de inclusão, a intervenção e participação da sociedade é de grande valia nos resultados obtidos, ou seja, exige mudanças dos dois lados:

- no processo de desenvolvimento do sujeito;
- no processo de ajuste da realidade social (Brasil, 2005, p. 22).

No sistema inclusivo é cabível sem dúvida o direito a participação ativa na sociedade, reformulação do espaço físico, a maneira preconceituosa de enxergar as deficiências e o atendimento às necessidades com uma educação de qualidade.

Em seu questionamento, Rodrigues (2006, pp. 303-304), afirma que a inclusão não pode ser uma parte melhorada da integração e justifica sua afirmação de três formas:

1-A integração deixou intocáveis os valores menos inclusivos da escola. Não foi por causa da integração que o insucesso ou o abandono escolar diminuiram ou que novos modelos ou que novos modelos de gestão da sala de aula surgiram. A Integração criou frequentemente uma escola especial paralela à escola regular em que os alunos que tinham a categoria de “deficientes” tinham condições especiais de frequência: aulas suplementares, apoio educativo, possibilidade de estender o plano escolar de um ano em vários, condições especiais de avaliação, etc.

2- A escola Integrativa separava os alunos em dois tipos: os “normais” e os “deficientes”. Para os alunos “normais” era mantida a sua lógica curricu-

lar, os mesmos valores e práticas; para os “deficientes” selecionava condições especiais de apoio ainda que os aspectos centrais do currículo continuassem inalterados. A escola Integrativa “via” a diferença só quando ela assumia o carácter de uma deficiência e neste aspecto encontrava-se bem longe de uma concepção inclusiva.

3- O papel do aluno “deficiente” na escola integrativa foi sempre condicionado. Era implícito ao processo que o aluno só se poderia manter na escola enquanto o seu comportamento e aproveitamento fossem adequados. Caso contrário poderia sempre ser “devolvido” à escola especial. Assim o aluno com dificuldades não era um membro de pleno direito da escola, mas tão só uma benesse que a escola condicionalmente lhe outorgava.

Nesse interim, em que se estabelece entender o sistema educativo inclusivo, o trabalho difere totalmente do modelo de integração. No sistema educativo inclusivo o aluno atua de maneira ativa e participativa, suas diferenças físicas, mentais ou sensoriais não são vistas como impedimento de aprendizagem, o atendimento é diversificado de forma que eles possam atuar de maneira ativa e crítica na sociedade em que vivem.

### **1.5. O sistema integrador inclusivo**

As palavras integração e inclusão são comumente usadas como se tivessem o mesmo significado teórico e prático. A educação inclusiva tem como base visão social, reconhece que todas as crianças são diferentes. Mantoan (2015, p. 15), define os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” — “conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico metodológicos divergentes”.

Bem assim estabelece Rodrigues (2006, p.3) que: “assegura que integração e inclusão tem sentidos completamente opostos embora afirma que “a inclusão é a “evolução natural” do sistema integrativo”. Ainda de acordo com Rodrigues, ele faz uma excelente definição entre os objetivos da integração e inclusão:

Afigura-se consensual que a integração pressupõe uma “participação tutelada” numa estrutura com valores próprios e aos quais o aluno “integrado” se



tem que adaptar. Diferentemente, a Educação Inclusiva pressupõe uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta todas as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo (Rodrigues, 2006, p. 03).

O movimento integrativo surgiu no final dos anos 50, logo após a extinção do Paradigma da institucionalização, e permaneceu ativo no Brasil por 40 anos. Por vezes a integração é vista como o primeiro passo para inclusão, entretanto seu maior equívoco é sustentar um ensino estático, onde a mudança esperada está no aluno, apoia e defende o princípio de normalização. Através da integração o aluno é inserido na escola e dispõe de uma gama de possibilidades, nesse contexto ele pode ser inserido na sala regular e migrar para sala especial no que depende exclusivamente de seu desenvolvimento. Nesse processo, o aluno dispõe de todos os tipos de atendimento da classe especial, como: professor itinerante, salas de recursos, atendimentos clínicos, próprios de serviços de segregação.

No entanto, nesse movimento integrador, nem todas as crianças com deficiência podem frequentar o ensino regular, existia uma seleção, para os que estivessem mais aptos a frequentar esse sistema de ensino, toda via a escola continua a mesma, sem alterações, nada muda; a estrutura, o currículo, as práticas e metodologias permanece inalterado. De acordo com Mantoan (2015, p. 16), “a integração escolar pode ser entendida como o especial na educação, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos, técnicas da educação especial às escolas regulares”.

Enfatizando o que foi dito por Mantoan, a integração mascara uma educação especial que segrega da mesma maneira. Não está preparada para receber o aluno na sala regular sem os recursos da sala especial.

## **1.6. O sistema inclusivo de ensino**

Chegar até aqui e poder relatar os avanços históricos da Educação inclusiva é de fato algo muito relevante para compreensão dessa nova dinâmica estabelecida pelas leis mundiais e que aos poucos estão sendo desenvolvidas nas escolas brasileiras

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (Dutra, 2007, p. 09).

A inclusão exige grandes reformulações, é um processo que envolve a participação de todos os estudantes nas instituições regulares de ensino. Trata-se de uma transformação de fora para dentro e assim sucessivamente. É uma abordagem em que a pessoa é vista com sua deficiência, entretanto isso não é visto como impedimento de desenvolvimento.

Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais (Alonso, 2013, p. 145).

A diferença enriquece o ambiente escolar, é preciso desmitificar a existência de salas homogêneas, no entanto a primeira coisa a fazer é ter consciência das diferenças. Conforme Mantoan (2015, p.42), “O professor, da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a (falsa) homogeneidade das salas de aula”.

Afonso reflete sobre esse diálogo:

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da

escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos (Alonso, 2013, p. 148).

Nesse mesmo contexto, Wilson (2002) apud Rodrigues (2006, pp. 2-3), “indicou que o que se entende por uma Escola Inclusiva pressupõe uma escola centrada na comunidade, livre de barreiras arquitetônica às curriculares, promotoras de colaboração e de equidade” (Matrícula não é garantia de inclusão, inserir essa clientela de alunos em uma sala regular requer mudanças efetivas no contexto escolar).

A escola por ser espaço de socialização e interação precisa possuir estrutura adaptada a todos os inseridos, de modo que eles venham a se locomover nesse espaço e que as barreiras arquitetônicas não os impessam de desenvolver a interação dentro da instituição. É necessário que o espaço escolar esteja adaptado a todos que frequentam a escola para que os obstáculos estruturais não sejam empecílios para seu desenvolvimento.

Adaptar a estrutura física é um ponto indispensável, mas sabe-se que isso por si só não garante sucesso escolar. O currículo é uma das questões indispensáveis nesse processo e necessita ser revisto e adequado as necessidades coletivas, ou seja, o currículo precisa ser flexível e atender as necessidades de todos os educandos.

Incluir não se dá apenas em cumprir sumariamente as leis, isto é, ou a escola muda para torna-se inclusiva, ou certamente os resultados esperados não serão obtidos.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças (Alonso, 2013, p. 182).

Nesse viés que caracteriza a inclusão, a prática pedagógica precisa ir muito mais além da presença física do professor, é extremamente importante que esse profissionais se encoragem e busquem formações que lhes possibilitem encarar a inclusão de maneira mais segura.

Este enfoque é essencial para que haja uma análise aprofundada da intenção de cada conceito, integração e inclusão caminham em lados totalmente opostos. Deve-se ter clareza quais os caminhos a seguir em busca de uma escola inclusiva de qualidade baseada nos princípios de inclusão e educação para todos.

### **1.7. Apontamentos Legais na Educação Inclusiva**

Quando nos referimos ao direito fundamental à educação podemos destacar a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Afirmada ainda na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que emprega, em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Declaração de Salamanca explicita que toda pessoa com deficiência tem direito fundamental à educação, assegurando-lhe a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, conforme suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Afirma ainda em seu item 02 que:

(...)

- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva

à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Na Convenção Internacional sobre Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), acrescentada ao ordenamento jurídico do Brasil com status de emenda constitucional e, portanto, pertencente ao seu bloco de constitucionalidade, fica determinado, em seu artigo 24 que:

#### Artigo 24

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (...).

O direito fundamental à educação também está destacado em diversos outros documentos legais. Destacando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015).

#### 1.7.1. Direitos dos Educandos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação

Historicamente, existe uma correlação entre a luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e à defesa dos Direitos Humanos. Os Estados-Nação, portanto, subscritores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, devem prever em seus dispositivos legais nacionais e estatutos a expressa garantia dos direitos da pessoa com deficiência. Neste sentido, a Declaração de Salamanca explicita em seu tópico 7:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem

reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Nesse contexto, é necessária a reformulação dos sistemas de ensino para viabilizar que o aprendizado de todos os alunos ocorra de forma mais eficiente e humana. É crucial acentuar que muitas das mudanças não se relacionam apenas à inclusão de crianças com deficiência. Na verdade, as alterações fazem parte de uma reforma mais ampla, necessária ao aprimoramento da qualidade e relevância da educação para todos, à promoção de melhores níveis de rendimento escolar e dos valores da convivência social diversa. Ela parte da autonomia pedagógica, afiançada pelo art. 15, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que confere à comunidade escolar o direito de configurar suas práticas em sintonia com suas realidade, necessidades e pretensões.

Nesta linha, a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência dispõe, no item 2 do art. 24, que, para a realização do direito educacional, os Estados Partes assegurarão:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena”.

E é seguindo a mesma base de valores que a legislação infraconstitucional brasileira consagra o direito à educação da pessoa com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina, em seu artigo 59, que:

Art. 59- Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:  
I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;  
(...)

Reforçando a garantia, a Lei Brasileira de Inclusão determina, em seu artigo 27:

Art.27- A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.  
Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A frequência em escola regular visa proporcionar ao estudante com deficiência o relacionamento com seus pares da mesma idade cronológica e o estímulo para todo tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

Nas últimas décadas (1988 – 2015) foram elaboradas e publicadas no Brasil referências normativas para orientar os sistemas de ensino quanto ao cumprimento das exigências legais a fim de ajustar e implementar a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e garantir os direitos à educação e à cidadania de pessoas com deficiência.

Portanto, a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular exige dos sistemas adaptações práticas para garantir o direito à Educação.

#### 1.7.2. A Participação da Família

O sucesso de uma educação inclusiva demanda um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da escola, mas também por colegas, pais, familiares e voluntários. A citada Declaração de Salamanca recomenda a parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais neste processo:

57. A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca.

58. Pais constituem parceiros privilegiados no que concerne as necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças.

59. Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola (aonde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

Veja-se o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) sobre a participação familiar:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:



Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atendendo aos anseios constitucionais, determina:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

O Plano Nacional de Educação consolida o entendimento de participação familiar no item 2.9 de seu anexo de metas:

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

(...)

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

(...)

Meta 2:

(...)

2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

Em semelhante trilha, a Lei Brasileira de Inclusão enfatizou, no artigo 28, a importância da participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

(...)

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

(...)

Dessa forma, é fundamental que a escola enxergue nos pais e responsáveis uma parceria no apoio à escolarização desse aluno. Não é o aluno com deficiência quem deve adaptar-se à escola, mas sim o contexto escolar que deve ajustar-se ao aluno. Ao participarem do processo de escolarização de seus filhos, os responsáveis serão capazes de trazer para o ambiente escolar novas experiências, possibilidades, conceitos e sentidos que, por si só, acabam alterando o modelo educativo vigente. A família é um dos principais agentes no desenvolvimento da criança. Seu conhecimento é indispensável para a eficácia do trabalho escolar na medida em que agrega ao planejamento pedagógico e a adaptação curricular do aluno com deficiência informações relevantes que farão grande diferença no sucesso do trabalho. Por outro lado, quando a escola é receptiva à participação da família, esta também tende a desenvolver postura mais atenta às sinalizações da escola, gerando-se um círculo virtuoso de comunicação e confiança que só traz benefícios às relações e ao crescimento conjunto, especialmente o do estudante.

## CAPÍTULO 2

# EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

---

A cidade de Armação dos Búzios é município da região dos lagos e fica localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, com população estimada em 33.240 pessoas, segundo fontes do IBGE, destas, 8.000 são estudantes, matriculados na rede pública de ensino.

O município visa promover projetos que estabeleçam a promoção, a garantia e o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão na rede pública de ensino, como formação inicial e continuada para os profissionais da educação, em atenção a proposta inclusiva de atender às especificidades dos alunos, respeitando o ritmo de aprendizagens diferenciados e apostando nas possibilidades desses sujeitos.

### **2.1. Caracterização do Município de Armação dos Búzios**

Armação dos Búzios nasceu de uma antiga vila de pescadores e possui uma história cheia de peculiaridades: o Primeiro nome, cujo ele de batismo português foi “Ponta de Búzios” devido à presença de uma grande quantidade de conchas de moluscos gastrópodes em suas praias. A história dessa cidade revela que a construção da Armação de Baleias de Búzios, estabelecimento comercial, se deu o nome que atualmente o município possui: Armação dos Búzios.

Durante a década de 50, a praia da Armação foi o sítio preferencial das primeiras residências de veraneio, no sentido de que algumas famílias da burguesia brasileira e francesa – atraídas pela geografia paradisíaca, exuberância da caça submarina e proximidade relativa da cidade do Rio de Janeiro.

FIGURA Nº 1 - Década 50: Orla Bardot



Fonte: <https://buzioselparador.com.br/blog/buzios-em-maio-a-volta-da-tradicional-vila-de-pescadores/>

FIGURA Nº 2 - Hoje: Orla Bardot



Fonte: <https://www.tripadvisor.com.br>

Alguns fatos importantes contribuíram para a transformação do até então povoado, um deles foi a presença da famosa atriz Brigitte Bardot e seu namorado brasileiro que vieram visitar essas terras a procura de descanso. A presença da atriz mais famosa do cinema francês foi noticiada pelo mundo dando impulso positivo a esse balneário considerado o aconchego dos atores famosos, tornando assim esse local um dos mais procurados.

FIGURA Nº 3 – Escultura da atriz Brigitte Bardot



Fonte: <https://www.booking.com/hotel/br/buzios-orla-bardot-e-centro.pt-br.html>

Por sua vez, já na década de 90 o então distrito tornou-se independente sendo assim emancipada município de Armação dos Búzios pertencente ao Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento da história, a cidade de Armação dos Búzios conta com o investimento de comerciantes, alavancando o processo de emancipação política.

FIGURA Nº 4 - Cidade de Armação dos Búzios



Fonte: <http://fotosdascidades.blogspot.com/2010/12/buzios-e-suas-lindas-praias.html>

Búzios, como é conhecida por todos, fica localizada na região dos lagos do Rio de Janeiro. O município possui em torno de 23 praias e é visitada por pessoas do mundo todo. Em 2012, Búzios foi eleita por uma revista de turismo da Europa como o melhor destino

de sol e praia do mundo. Sendo hoje um dos lugares mais procurados por turistas de todo o mundo.

## **2.2. Apontamentos Legais da Educação Especial e Inclusiva no Município de Armação dos Búzios**

Neste momento apontaremos os aspectos legais assegurados na legislação municipal para os alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE). A política educacional só tem significado quando construída democraticamente considerando uma identidade coletiva e não individual e singular.

O Estado é um dos principais lugares da política e um dos principais atores políticos. Em seu sentido mais simples, a política é uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer coisas no sentido de “ter” uma política -, mas que pode ser puramente simbólica, ou seja, mostrar que há uma política ou que uma política foi formulada. (BALL, MAINARDES, 2011, p. 14).

A educação não deve ser pensada de forma abstrata e a implementação das políticas educacionais são necessárias à sensibilização e à qualificação de todos os sujeitos envolvidos no processo, para que, então, sejam criadas as políticas de Estado e não políticas de Governo, lembrando que nem tudo que serve para o Governo, serve para a escola, para a educação

Toda proposta de política educacional não é definida como sendo fixa e imutável. Nesse sentido, conforme ressaltam Ball e Mainardes (2011, p. 14): [...] podem ser sujeitas a interpretações e traduções e compreendidas como respostas a problemas da prática. As políticas estão sempre em algum tipo de fluxo, no processo de se tornarem algo mais. Esse é, fundamentalmente, o caso atual da educação, que flui ao lado da política (declarações, demandas e expectativas).

Conforme segue, a Estrutura de Ação em Educação Especial, adotada pela conferência Mundial em Educação Especial, tem como princípio:

[...] o dever das escolas acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais,

linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (BRASIL, 1994)

Para MAINARDES os autores argumentam que as políticas são colocadas em ação em condições materiais, com recursos variados, em relação a determinados "problemas". As políticas são definidas contra e ao lado de compromissos, valores e formas de experiência existentes. Um quadro da atuação das políticas precisará considerar um conjunto de condições objetivas em relação a um conjunto de dinâmicas "interpretativas" sub-

jetivas. Assim, “[...] o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor as atuações das políticas no âmbito institucional” (BALL; MAGUIRE BRAUN, 2016, p. 21). Na análise de políticas, faz-se necessário considerar uma série de dimensões contextuais: contextos situados; culturas profissionais; contextos materiais e contextos externos. Essas dimensões são bastante úteis para a análise de políticas, uma vez que orientam o pesquisador para identificar os aspectos intervenientes no processo de colocar as políticas em ação, no contexto da prática.

Seguindo essa mesma perspectiva, com o intuito de garantir o processo de inclusão, o município de Armação dos Búzios conta com Plano Municipal de Educação. Este com vigência para o Decênio 2015-2025, publicado no Boletim Oficial, Ano X – Nº 707 – 14 a 16 de julho de 2015, através da Lei Nº. 1114, de 30 de junho 2015, dispõe em sua meta 4:

(...)

Meta 4 - Universalizar, no território municipal a oferta de profissionais especialistas para garantir educação à população com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a permanência de um professor de apoio para cada aluno incluso, assim como, a superação das desigualdades educacionais, garantindo condições institucionais que assegurem uma educação que contemple o respeito aos direitos humanos, tendo como perspectiva o direito à diversidade e formação para a cultura de direitos humanos sob orientações curriculares articuladas de combate ao racismo, abuso e discriminação sexual, social, cultural, religiosa, prática de *bullying* e outras formas de discriminação no cotidiano escolar, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Ações / Estratégias

1 - contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na



educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;

2 - promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

3 - implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e de comunidades tradicionais (indígenas, Quilombola, Matriz Africana entre outros).

4 - garantir e ampliar o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais, classes escolas ou serviços especializados públicos e conveniados, nas formas complementares e suplementares a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculadas nas redes públicas da educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, laudo, relatório familiar e do aluno, ficando o município responsável por garantir o atendimento especializado para o cumprimento de tais exigências.

5 - estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica e com os alunos inclusos.

6 - manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático pedagógico próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos educandos com altas habilidades/superdotação;

7 - garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos educandos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos, e aos profissionais de educação, materiais e equipamentos pedagógicos especializados;

8 - garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

9 – fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos

públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

10 - fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vista à promoção do ensino e aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

11 - viabilizar o horário de planejamento dos professores de apoio com os demais professores da turma e equipe pedagógica.

12 - promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes inclusos que requeiram medidas de atendimento especializado;

13 - promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

14 - apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, garantindo a oferta de professores (as) ao atendimento educacional especializado profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérprete de Libras, guias-intérpretes para surdos e cegos, e professores de libras prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

15 - definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;

16 - promover por iniciativa do MEC nos órgãos de pesquisa, demografia estatísticas competentes a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

17 - incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação inclusive em nível de pós- graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino e aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

18 - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede de ensino.

19 - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral com pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede de ensino.

20 - Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção e sistema educacional inclusivo.

21 - garantir a avaliação, realizada logo após a efetivação da matrícula, e preferencialmente antes da inserção em sala de aula, pela equipe multidisciplinar, a fim de analisar e identificar os diferentes tipos de necessidades frente aos recursos necessários que garantam uma educação de qualidade.

22 - garantir a inclusão da abordagem da cultura local afro-brasileira, africana e indígena, dentro da matriz curricular do curso de formação de professores.

23 - garantir capacitação continuada de professores, diretores e toda equipe pedagógica para implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08 nas unidades escolares.

24 - criar um grupo de estudos, a partir dos docentes lotados no municípios escolhidos por análise de currículo, para elaboração do material referente às leis, 10.639/03 e 11.645/08 e que os mesmos sejam remunerados para tal função.

25 - habilitar, legalmente, as escolas municipais existentes em territórios quilombolas a fim de estarem habilitadas ao recebimento dos recursos federais destinados à disseminação da cultura afro-brasileira africana e a indígena existentes no território municipal.

26 - garantir o transporte escolar com acessibilidade aos alunos inclusos.

### 2.2.1 - O Direto a Matrícula como promotora de equidade

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e

aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Com vistas a dar exequibilidade a esse direito fundamental, os sistemas de ensino devem, na forma estabelecida nos artigos 8º e 9º, inciso II, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), art. 24, item 1, garantir a matrícula prioritária (em regra antecipada, pois dirigida ao público com deficiência antes de se abrir para os demais), assim como o acesso aos serviços complementares que promovam a efetiva e plena inclusão do estudante com deficiência e não apenas sua integração ao ambiente escolar. Ressaltado que o tratamento diferenciado não aprofunda a diferença, ao contrário, tem como efeito possibilitar paridade de oportunidades, adequando a situação à possível desigualdade prévia e decorrente da deficiência da pessoa.

Nessa mesma linha também está previsto na Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (Decreto nº 3.956/2001 – Convenção da Guatemala):

Artigo I:

(...)

2. b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência.

A garantia de prioridade de matrícula proporciona a organização dos recursos de acessibilidade e de apoio necessários para a oferta de um serviço pedagógico mais ajustado e equânime, que contemple às possibilidades de desenvolvimento dos alunos com deficiência. A determinação protetiva legal das crianças e adolescentes é inequívoca, tanto que pode culminar na tipificação de crime de responsabilidade em hipótese de negligência para

efetivação da matrícula por parte da autoridade competente, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade (...);

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-la.

(...)

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também aponta obrigações aos responsáveis:

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

A negligência que fere o direito fundamental à educação, concretizado na falta de matrícula na idade correta, também pode configurar a infração administrativa do artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente e se enquadrar em conduta criminosa de abandono intelectual, na forma do artigo 246 do Código Penal.

Desta forma, no que tange a crescente busca por matrículas nas redes públicas e privadas de ensino demonstra o compromisso das famílias e a necessidade das instituições escolares construir ambientes e equipes pedagógicas capazes de favorecer a eliminação de barreiras presentes no processo de inclusão. Portanto os gestores escolares público e privado não podem adotar postura preconceituosa e negligente com relação ao direito fundamental à educação do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O direito e a defesa da pessoa com deficiência estão firmados desde 1989, apontando sanções penais específicas, contada na Lei Federal nº 7.853, em seu art. 8º, inciso I, cuja pena foi recentemente aumentada e agravada pela Lei Brasileira de Inclusão:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (...)

§ 1º Se o crime for praticado contra pessoa com deficiência menor de 18 (dezoito) anos, a pena é agravada em 1/3 (um terço).

De igual natureza, negar ou condicionar o acesso à educação ao estudante com deficiência mediante qualquer meio ou postura que dificulte, atrase ou impeça a matrícula e/ou a permanência pode ser enquadrado em conduta criminosa conforme descrito acima. Embora a legislação brasileira seja bastante incisiva na garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, infelizmente, são recorrentes as violações ao que tange a lei, principalmente no âmbito privado. Assim como, restringir o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas de ensino regular pode ser interpretado como prática discriminatória, conforme se constata na redação da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (Decreto nº 3.956/2001 – Convenção da Guatemala):

Artigo I

(...)

2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência a) o termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo



ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

A Lei Brasileira de Inclusão evidenciou a ilegalidade dessa prática, em seu art. 4º, §1º:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Em relação a cobrança de laudos médicos ou de taxas específicas para efetivar a matrícula e garantir a permanência de estudantes PAEE nos estabelecimentos de ensino contrariam diversos apontamentos legais. Dentre eles, a Lei Federal nº 7.853/1989, a Lei Brasileira de Inclusão e a Nota Técnica MEC/ SECADI/ DPEE nº 4/2014.

Não há qualquer ressalva na legislação brasileira que permita a negativa ou a demora em efetivar de matrícula, menos ainda em razão de deficiência, o que constituiria discriminação. Pois, o direito à educação é fundamental e não pode ser amenizado sob qualquer argumento ou subterfúgio. Assim, o laudo deve apenas servir como completo de informação na elaboração estratégica pedagógica. Além disso, o §1º do art. 2º, da Lei Brasileira de Inclusão, deixa claro que a avaliação da deficiência não é imprescindível e, nas hipóteses em que se fizer necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

## **CAPÍTULO 3**

# **CAAPE – CENTRO DE ATENDIMENTO E APOIO PEDAGÓGICO AO EDUCANDO**

---

Inaugurado em outubro de 2003 o projeto CAAPE - CENTRO DE ATENDIMENTO E APOIO PEDAGÓGICO AO EDUCANDO, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia objetivando soluções coerentes diante da realidade da educação no município. Destina-se ao atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem e alunos público alvo da Educação Especial, visando seu desenvolvimento integral e fundamentado em aspectos pedagógicos que complementam a ação da escola e da família. O projeto iniciou em 2003 com uma estrutura pequena, alugada, contando com um espaço de quatro salas, uma cozinha e um banheiro.

Nesta mesma época a equipe de profissionais era bem reduzida, sendo uma servidora efetiva (fonoaudióloga) e os demais contratados (psicopedagoga e psicóloga. Em 2005, com a mudança do Prefeito, o CAAPE foi transferido para uma casa, menor ainda, com apenas 2 salas de atendimento, uma recepção, um banheiro e uma cozinha. Os atendimentos eram de orientações nas unidades escolares. Nessa época a secretaria de educação iniciou os investimentos efetuando a posse dos servidores advindos do concurso público, realizado em 2004. Desta forma a equipe do CAAPE começa ser formada por profissionais efetivados; dois psicopedagogos, uma psicóloga, duas fonoaudiólogas e os demais profissionais continuam sendo contratados ou desviado de função. O trabalho continua itinerante e inicia os atendimentos aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Em 2006 com a mudança novamente de Governo, o CAAPE é instalado em uma casa maior com três salas de atendimento, porém o número de profissionais era maior, de forma que a estrutura da casa não atendia de forma satisfatória. Alguns atendimentos eram realizados juntos como pedagogia e psicopedagogia, serviço social e psicopedagogia. O atendimento itinerante de orientação as Unidades Escolares também ganhou reforço com vários profissionais. Até que em 2009 retornou para mesma instalação predial de 2004.

Em julho de 2012 a SEME investe no CAAPE ampliando o espaço como o número de profissionais. O aluno PAEE passa a ter um professor qualificado para acompanhá-lo na Unidade Escolar. E os alunos com dificuldade de aprendizagem são beneficiados com um

espaço melhor. Porém ainda não suficiente para o número de alunos da rede que necessitam deste acompanhamento.

FIGURA Nº 5 - Sede do CAAPE inaugurada em julho 2012



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/CAAPECentro/>

FIGURA Nº 6 - Sede do CAAPE inaugurada em julho 2012 – Entrada principal



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/CAAPECentro/>

Em 2018 o governo apresenta uma necessidade de mudança para uma sala dentro da SEME, pois necessitava desfazer o aluguel, por contenção de despesas. Os atendimentos aos alunos pelos profissionais foram suspensos, permanecendo o trabalho itinerante e com os professores auxiliares, no acompanhamento dos alunos PAEE.

FIGURA Nº 7 - Sede da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEME)



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/CAAPECentro/>

Neste mesmo ano, o SEME apresenta uma nova proposta, instalando o CAAPE no prédio que funciona a Escola de Música Villa-Lobos. O prédio possui dois andares com instalações maiores, voltado assim os atendimentos internos. Estando lá até a presente data.

FIGURA Nº 8 - Sede atual do CAAPE



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/CAAPECentro/>

Partindo desta perspectiva, o professor e o aluno passam a serem alvos de atenção, no que se refere ao comportamento, ao conceito sobre aprendizagem e, mais especificamente, uma ressignificação de mundo. A partir de então se busca uma redefinição do papel

do educador promovendo seu aprimoramento e capacitação, bem como, a valorização do profissional e do aluno, pautada no desenvolvimento das potencialidades de ambos e do contexto educacional.

O centro conta com uma estrutura física que atende parte dos alunos com dificuldade de aprendizagem, gerando uma fila de espera, restringindo o atendimento aos alunos do primeiro segmento.

Vale ressaltar que os alunos chegam ao CAAPE através de um encaminhamento feito pela Unidade Escolar, para que uma avaliação do aluno que apresenta dificuldades seja realizada a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

Para a realização desta avaliação o Centro conta com as atividades dos seguintes profissionais: psicopedagoga, psicóloga e fonoaudióloga e após avaliação, a equipe se reúne para estudar o caso do aluno. Quando o caso é elegível, a Assistente social faz anamnese, e agenda uma visita domiciliar se o responsável autorizar o atendimento de seu filho o mesmo será atendido no horário contrário ao que frequenta a escola.

Atualmente o CAAPE efetua dezesseis atendimentos por dia. Cada aluno é atendido 1 vez por semana individualmente ou em grupo por um tempo de 30 minutos. Em conta turno da escola. É válido ressaltar que os conhecimentos e habilidades adquiridos, deverão ser transferidos, dinâmica e espontaneamente, para as situações de ensino da sala de aula regular.

O CAAPE oferece transporte, da escola até o Centro, devolvendo o aluno à escola. Também garante a alimentação dos educandos. Possui estrutura composta por Direção; Assessoramento Técnico Administrativo; Equipe Multidisciplinar; Corpo Docente; e Apoio Administrativo.

A Direção é responsável por todo o processo de planejamento, orientação, supervisão, coordenação, integração, execução e avaliação dos trabalhos educativos, culturais e comunitários desenvolvidos pelo CAAPE, assessorada, assistida ou auxiliada pelas equipes administrativa e multidisciplinar, competindo-lhe cumprir e fazer cumprir a legislação sobre o ensino e as orientações e normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

O Assessoramento Técnico Administrativo oferece suporte administrativo e técnico nas áreas de recursos humanos, pedagógico, administração, finanças e logística aos Diretores das Unidades Escolares, bem como aos demais membros da equipe do CAAPE. A equipe é composta por:

- I. Orientador Educacional;

II. Assistente Social;

III. Agente de Secretaria.

A Equipe Multidisciplinar é responsável pela identificação dos principais Transtornos de Aprendizagem que são os de Leitura e Escrita, o de Cálculo, o Transtorno do Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade, além de toda e qualquer dificuldade recorrente de aprendizagem. Também faz parte das atribuições garantir o planejamento e a intervenção objetivando minimizar os efeitos dos transtornos e das dificuldades de aprendizagem sobre a vida da criança. A equipe multidisciplinar é constituída pelos seguintes profissionais:

I. Psicopedagogo;

II. Professor;

III. Arteterapeuta;

IV. Psicólogo;

V. Fonoaudiólogo;

O corpo discente é constituído pelos alunos que participam do CAAPE. A equipe de Apoio Administrativo é composta pelos seguintes elementos:

I. Inspetor de alunos;

II. Motorista

III. Merendeira;

IV. Auxiliar de Serviços Gerais.

Cabe ressaltar que todas as atribuições de cada agente educador estão descrito no Regimento Interno do CAAPE, embora o mesmo ainda não tenha sido aprovado no Conselho Municipal de Educação.

A Educação Especial também faz parte do Centro, que auxilia alunos PAEE, visitando as Unidades Escolares periodicamente para realizar as orientações necessárias para o processo de inclusão desses alunos. Merece destaque a introdução do professor de apoio, a rede municipal de ensino, um profissional com perfil e formação adequada na área de Educação Especial, que passou por processo seletivo realizado pela Prefeitura. Esse professor atua direta e exclusivamente com os alunos PAEE acompanhando o mesmo em toda sua rotina escolar e em parceria com o professor regente da turma. Ambos auxiliando na

flexibilização curricular junto com a equipe técnica da unidade escolar e a equipe multidisciplinar do CAAPE.

Além disso o CAAPE desenvolve um trabalho em parceria com os pais, que passam também a frequentar o espaço do Centro, trazendo suas dificuldades do convívio em família, trocando ideias, e recebendo orientação de profissionais. Os profissionais do CAAPE além de acompanhar e registrar por escrito a evolução da aprendizagem de cada aluno, fazem reuniões diárias de estudo de caso, para discutir e desenvolver as melhores estratégias de atendimento.

A participação da família acontece com encontros trimestrais. Estes encontros proporcionam um momento para que toda a equipe observe, através das atividades propostas por cada setor, alguns fatos ainda não revelados em anamnese. Esta atividade tem como objetivo qualificar o atendimento.

### **3.1. As Dificuldades de Aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva**

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, da consolidação da política educacional e de construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade dos alunos, e assim as suas especificidades no processo ensino-aprendizagem, o centro conta com uma equipe multidisciplinar para atender os alunos com dificuldade de aprendizagem severa e transtornos funcionais.

Entendendo que a dificuldade da criança para aprender não pode ser considerada como algo que se situa somente no aluno, no professor, na família ou na sociedade, mas na interação entre eles. Para ler e escrever é necessário que a criança pense que sinta e que esteja inserida em um contexto social que outorga significados e sentidos para a aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem e de comportamento, que são observadas nas escolas, interferem significativamente no rendimento escolar e na atividade da vida diária que exigem habilidades de leitura, escrita e matemática.

Pelo fato da dificuldade se manifestar na escola, não quer dizer que o problema tenha surgido nesta fase, mas que pode estar presente antes do início da alfabetização.

Distúrbio de aprendizagem tem relação com problemas de desenvolvimento da linguagem em aspectos como o desenvolvimento da expressão e compreensão da linguagem

falada ou no processamento de informações auditivas e visuais. Problemas de linguagem oral podem comprometer o desenvolvimento da leitura e escrita e o raciocínio lógico-matemático. Programa de intervenção a nível primário detectando sinais do comprometimento da linguagem, sintaxe, semântica, fonológica e pragmática é o que pode ser desenvolvido já na Educação Infantil.

Comportamento das crianças como: agitação, distração, hiperatividade, impulsividade e desatenção, desde as fases iniciais da escolarização, tem sido um entrave para a atuação plena do professor. Orientações para extinção destes comportamentos devem ser dadas para que os professores possam atuar com segurança.

O professor é quem deve conhecer e ter autonomia para atuar, não havendo, na maioria das vezes, necessidade de delegar a solução de problemas a outros profissionais. O professor precisa acreditar que é capaz de sanar muitas dificuldades apresentadas pelo aluno, em sala de aula. Só os casos específicos, insolúveis na instituição, devem ser encaminhados para projetos extraescolares, como é o caso do CAAPE.

A interação escola-família é outro aspecto que deve ser reforçado entre pais e professores e que vai constituir na relação de confiança e compreensão que refletirá na interação da criança com o educador.

Por se observar uma demanda crescente de crianças que apresentam queixa de dificuldade de aprendizagem, pensou-se em nesse projeto como um centro de atendimento, onde pudesse este ser o suporte para a minimização dessa realidade escolar.

A atuação da equipe multidisciplinar/Aprendizagem tem como principal objetivo promover o desenvolvimento da criança nos aspectos motor, cognitivo, emocional, sócio-cultural e de linguagem. E como objetivos específicos:

- Definir e aplicar instrumentos de avaliação que facilitem a investigação das dificuldades de aprendizagem;
- Contribuir para o planejamento e execução de atividades específicas de linguagem oral e escrita;
- Discutir com a equipe multidisciplinar, as observações durante as intervenções;
- Discutir com professores estratégias de abordagem para trabalhos desenvolvidos junto aos alunos;
- Proporcionar melhor convivência entre professores e alunos;
- Incentivar a participação das famílias no contexto escolar e do CAAPE;



- Promover momentos de reflexões com as famílias para melhor convívio entre as partes;
- Orientar pais e professores quanto ao aspecto da cidadania (direito e deveres, cuidados com a saúde, enfocando a prevenção de drogas, sexualidade, gravidez na adolescência entre outros);
- Informar e encaminhar pais, professores e alunos para os recursos existentes na comunidade, através da solicitação à Direção do CAAPE;
- Orientar a equipe gestora para realizar encaminhamentos necessários aos serviços de atendimento em saúde.

Para que as atividades sejam realizadas a equipe de Aprendizagem conta com os seguintes profissionais: dois Arte terapeutas; um Assistente Social; duas Fonoaudiólogas; duas Psicólogas; duas Pedagogas; e três Psicopedagogas. É possível contar também com recursos materiais para a efetivação dos atendimentos como: audiovisual (aparelho de TV, aparelho de DVD, PC, Rádio); material de consumo (papel sulfite, lápis, caneta, cartolinas, cadernos, copias xerografadas, quadro branco, pincéis, caneta para quadro, apagador, etc.); Computador com acesso à internet; bibliografia específica.

A Secretaria de Educação também investe na atualização profissional através de cursos, seminários e congressos. Como também esse profissionais são multiplicadores oferecendo formação aos profissionais da rede.

A atuação desses profissionais tem como foco a avaliação e intervenção dos alunos com dificuldades de aprendizagem, aplicando atividades e testes, assim como avalia o contexto no qual o indivíduo atendido está inserido, podendo auxiliar no seu desenvolvimento global. Analisando assim, os fatores que estejam afetando a aprendizagem de forma a dificultar ou bloquear a assimilação das estruturas cognitivas e sociais.

O processo de avaliação é realizado diariamente em horário combinado entre os técnicos e acordado com a direção do Centro, será realizada a troca de informações entre os profissionais, a respeito das observações dos alunos atendidos no centro. A elaboração dos relatórios trimestrais, sendo realizado após as análises em estudos de casos pela equipe multidisciplinar, onde também estaremos direcionando os trabalhos subsequentes.

### **3.2. Suporte Pedagógico ao Aluno Público Alvo da Educação Especial**

A Proposta Pedagógica Inclusiva visa dar acesso à aprendizagem de todos os alunos no espaço escolar regular, fortalecendo a formação dos professores regentes e de apoio, criando uma boa rede entre alunos, docentes, gestores escolares e famílias, em parceria com profissionais de saúde que atendem as crianças PAEE no Município de Armação dos Búzios e descritas no PPP (Projeto Político Pedagógico) do CAAPE (Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando).

A educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Esta é a mensagem que foi claramente transmitida pela Declaração de Salamanca/Espanha (1994, Conferência Mundial Sobre Educação Especial, UNESCO) em defesa de uma sociedade para todos partindo do princípio fundamental de que todas as pessoas devem aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento educacional especializado. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

O Centro acredita que a prática da Proposta Pedagógica Inclusiva, atenderá ao aluno público alvo da educação especial dentro dos critérios de crescimento intelectual, social e humano, a partir de um acompanhamento em etapas de trabalho, com fim no desenvolvimento do educando, propiciando oportunidades para inclusão de acordo com a realidade do mesmo no seu ambiente escolar. O trabalho é desenvolvido com acompanhamento, orientações e intervenções pedagógicas, sendo iniciado com visitas de campo da Equipe Multidisciplinar do CAAPE/Inclusão, para observação individual e inicial dos alunos, com o objetivo de orientar a Unidade Escolar no Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

A atuação da equipe multidisciplinar/Inclusão tem como principais objetivos: proporcionar mudanças no desenvolvimento global do aluno, orientando os profissionais quanto ao Plano Educacional Individualizado (PEI) atendendo as diversas deficiências no contexto inclusivo e trabalhar as reais necessidades dos alunos, respeitando os ritmos e

estilos diversos do desenvolvimento da aprendizagem de cada um, facilitando o processo inclusivo. E como objetivos específicos:

- Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades do aluno conforme suas individualidades no ambiente escolar;

- Oferecer apoio pedagógico, a Equipe Técnica Pedagógica e Professores Regentes dos alunos inclusos, quanto ao esclarecimento de dúvidas e orientações no processo de desenvolvimento escolar.

- Promover encontros junto as Comunidades Escolares, oportunizando o acesso a informações e orientações com relação à temática inclusiva.

- Promover Formação Continuada para os Professores de Apoio, Professores da SRM (Sala de Recursos Multifuncionais) e Professores Regentes conforme as necessidades.

- Orientar a Equipe Técnica Pedagógica, quanto à importância de considerar os conhecimentos prévios e história de vida do aluno para a realização de trabalho contextualizado;

- Analisar a participação da família no processo de ensino aprendizagem do aluno incluído, a fim de oferecer orientações e acolhida para o mesmo, visando um melhor desenvolvimento a partir de atendimentos, reuniões e encontros da família.

- Estabelecer vínculos afetivos e de troca, fortalecendo e ampliando a comunicação para uma melhor interação da escola com a Equipe de Inclusão;

Para que o trabalho seja realizado com eficiência faz-se necessário uma organização bem estruturada, bem como o cumprimento de algumas etapas descritas abaixo:

- Organização das Equipes de Campo: O CAAPE/Inclusão conta com uma Equipe Multidisciplinar composta de 03 psicólogos, 01 psicopedagogo, 01 fonoaudiólogo e 01 assistente social, sendo orientados por uma Coordenadora Pedagógica (Pedagoga - Orientadora Educacional) e pela Diretora Geral (Pedagoga – Orientadora Educacional). A divisão da Equipe de Campo para as visitas acontecem em duplas para uma melhor observação e orientação dos alunos assistidos nos diferentes aspectos.

- Trabalho de acompanhamento de campo: esse acompanhamento refere-se, preferencialmente, a observação das especificidades dos alunos, respeitando as deficiências de cada um, levando em consideração os avanços e as necessidades individuais. A equipe de Campo realizará ao início de cada ano visitas às escolas

para observação e acompanhamento do aluno incluso, onde será analisada situações pedagógicas, meio ambiente (espaço físico e convivência), comportamento individual e no grupo.

- Reuniões pedagógicas da Equipe de Inclusão: tem o objetivo de formação e orientação da Equipe Multidisciplinar e Professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); Essas reuniões são momentos de conhecimento e crescimento da Equipe de Inclusão. As reuniões acontecem a cada 15 dias, para planejamento e desenvolvimento do trabalho. A Equipe Multidisciplinar analisa os alunos observados nas visitas de campo através estudos de casos, a fim de discutir estratégias e indicações para o trabalho em parceria com a escola além de receber orientações pedagógicas da coordenação junto à direção. Quanto a equipe de Professores das Salas de Recursos (SRM), as reuniões acontecerão a cada 15 dias, para orientação e esclarecimentos de situações trazidas pelos mesmos com a Equipe Multidisciplinar.

- Elaboração de calendário de visitas nas escolas para as Equipes de Campo.

- Visitas de campo por escolas da Equipe Multidisciplinar - CAAPE/Inclusão, para observação dos alunos inclusos;

- Análises, em reuniões pedagógicas de equipe, para estudo de casos e indicação de estratégias;

- Devolutivas, as escolas, junto as Equipes Técnica Pedagógicas, sobre indicações para o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), necessárias e, ou orientações sobre o aluno assistido;

- Visita às escolas para o fortalecimento da parceria do trabalho junto à Equipe Técnica Pedagógica, realizada pela Direção e Coordenação Pedagógica da Equipe de Inclusão;

- Plantões de atendimento a comunidade escolar;

- Realização de anamnese dos alunos assistidos junto às famílias;

- Organização dos documentos de arquivo individual dos alunos assistidos pela Equipe de Inclusão;

- Encontro com as famílias dos alunos inclusos – Projeto “Incluindo a Família”.

- Avaliação dos alunos inclusos quando necessário, feita pela Equipe Multidisciplinar.

- Autoavaliação do trabalho da Equipe de Inclusão no trabalho desenvolvido no ano em curso.

### **3.3. A Importância da Família no Processo Educacional do Aluno Includo**

O envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade e de muita importância. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar da Proposta Educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança e a escola. Também é fundamental o incentivo da família na prática das propostas e acompanhamentos, quer seja na SRM ou na sala de aula, pensadas para cada criança.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16)

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura. Assim, a qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais para o alcance de bons resultados.

As habilidades de autonomia pessoal e social proporcionam melhor qualidade de vida, pois favorecem a relação, a independência, interação, satisfação pessoal e atitudes positivas. Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de participar de forma significativa e integral nas atividades escolares regulares (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16)

### **3.4. As Contribuições para Aprendizagem do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais.**

Esse subitem é de grande importância para o processo compreensão do sistema inclusivo de ensino, pois estabelecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como fator

indispensável para o desenvolvimento do aluno com deficiência, TGD e Altas habilidades/superdotação. Existem casos de alunos que necessitam complementar seus estudos com apoio de profissionais especializados e a utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva encontrados nas Salas de Recursos Multifuncionais.

O Espaço considerado Sala de Recursos é composto por materiais pedagógicos, mobiliário adaptado, recursos tecnológicos e didáticos, ou seja, uma gama de recursos específicos a disposição dos alunos que necessitam complementar seus estudos.

As salas de recursos multifuncionais são espaços onde se realiza atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC, 2006, p. 13).

FIGURA Nº 9 - Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: a autora

Toda via, esse ambiente por se tratar de um espaço multifuncional, requer a participação de profissionais que estejam realmente preparados para atuar em áreas específicas, capazes de atender à necessidade especial ou educativa de todos os alunos, de modo que o programa obtenha êxito. Isso é ratificado pelo MEC (2006, p.14):

Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especia-

lizado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

Entre a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados o MEC (2006, p. 20), sugere para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais, destacam-se:

- jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São muito úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, ímãs, etc;
- jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, história e outros;
- livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingue: Libras/ Português/Inglês e outros;
- recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhe-

cimento de formas e atividades de vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional;

- mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras.

Os recursos destacados pelo MEC (2006) expressam vasta riqueza pedagógica educacional, são recursos pautados na flexibilidade, criatividade e ludicidade. Além disso, o MEC proporciona facilidade na criação de alguns jogos pedagógicos, utilizando materiais recicláveis de fácil elaboração.

Após esclarecimento sobre a SRM, faz-se necessário entender o que é o Atendimento Educacional Especializado. O AEE “é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Dutra, 2007, p. 10).

O AEE, é ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, é uma garantia constitucional conforme descrita no Art. 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.



Desta forma, o desenvolvimento cognitivo e social do aluno com deficiência e superdotação ou altas habilidades pode ser potencializado de forma singular e colaborativa na modalidade de AEE. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional disciplina o tema como abaixo transcrito:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

A Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, que define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica e determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários, dispõe em seu art. 6º, Incisos I, II e III, que:

Art. 6º - Para a identificação das necessidades especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I – a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II – o setor responsável pela Educação Especial do respectivo sistema;

III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário;

O AEE é parte integrante do processo educacional do aluno com deficiência, conforme determina a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para

sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

(...)

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

O Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, apresenta, detalhadamente, o papel do AEE:

Art.2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I-complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às ne-

cessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

(...)

Art. 4º O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Nesse sentido, a meta 4 do Plano Nacional de Educação - PNE especificou pontos estratégicos para a implementação do AEE:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

(...)

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

(...)

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da

permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

(...)

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

(...)

A Lei Brasileira de Inclusão estabelece a responsabilidade de implementação do AEE em todo projeto pedagógico:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

(...)

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

(...)

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

Sendo assim, a ausência de Apoio Educacional Especializado compromete o processo de ensino e aprendizagem, assim como o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transgredindo o direito à educação de qualidade.

Ainda de acordo com Mantoan (2010, pp.19-20), o atendimento educacional especializado vem sendo executado de duas formas distintas:

- A primeira conhecida como especiais ou especializadas são destinadas as pessoas com deficiência, ou seja, salas especiais organizadas dentro da escola comum, essa forma de organização substitui totalmente o acesso à escola regular.
- A segunda maneira de executar o ensino especializado é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, é a que trata o atendimento educacional especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que é específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em ambientes oficiais.

A primeira maneira de atendimento apontada por Mantoan remete-se a década de 70, em que as salas especiais cresceram em número significativo dentro das escolas regulares. Esse modelo de ensino constata uma forma clara de discriminação e segregação, em permitir que o estudante continue as margens do seu direito de educação para todos estabelecida na Constituição Federal de 1988. Como citado anteriormente esse tipo de educação esteve presente por vários anos no sistema de ensino brasileiro substituindo totalmente a escola comum.

O atendimento especializado não se traduz em negação dos direitos constitucionais. Ao contrário, condiz com os objetivos inclusivos defendidos pela Constituição Federal, várias lei e decretos e diversas convenções citadas anteriormente e segundo com Mantoan (2010, p.132), “o atendimento especializado aparece como garantia da inclusão”.

Assim, baseado nas reivindicações legais, o referido atendimento pode ser visto como um instrumento de concretização do direito à educação, e diante desse argumento

pode-se acrescentar mais significados para melhor compreensão dos seus objetivos, de acordo com Mantoan (2010, pp. 24-25), o atendimento especializado:

- Não é o único direito das pessoas com deficiência, mesmo daquelas que possuam graves limitações, pois todo ser humano é titular do direito à educação que compreende, para crianças e adolescentes, o acesso e a permanência em ambiente escolar oficial e não separado por grupo de pessoas, que vise ao pleno desenvolvimento humano e o preparo para o exercício da cidadania.
- Deve ser adotado quando realmente existia uma necessidade especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência não precisam.
- Deve ser oferecido preferencialmente no mesmo ambiente (sala de aula) frequentado pelos demais alunos (exemplo: intérprete de língua de sinais, computadores com teclados adaptados ou sistema de voz), mas sem substituição do professor comum.
- Se houver necessidade de ser oferecido à parte, que isto ocorra sem dificultar ou impedir que a criança e adolescente com deficiência tenham acesso às salas de aula do ensino comum, no mesmo horário que os demais alunos as frequentam.
- Não pode ser confundido com atendimentos clínicos, os quais, mesmo quando necessários com prejuízo da frequência escolar, mantêm intacto direito do aluno ao seu lugar educacional, que é o ambiente comum.
- Não deve ser adotado de forma obrigatória, ou como condição para o acesso do aluno com deficiência ao ensino comum.

Constata-se, a partir das concepções de Mantoan, a relevância do Atendimento Especializado empregado as necessidades educativas especiais, além da relevante importância de garantir o direito constitucional, bem como, conceder aos educandos o pleno desenvolvimento humano e o exercício da cidadania.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e Tecnologia Assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados (Dutra, 2007, p. 09).

O atendimento especializado através de sua organização funcional pode ajudar a derubar as barreiras que existam entre as os estudantes com deficiência e a aprendizagem, ou seja, um complemento aos conhecimentos adquiridos na sala regular.

São exemplos práticos de atendimento educacional especializado:

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de Recursos de Tecnologia Assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros (Sartoretto e Bersch, 2014, p. 25).

Em contrapartida pode-se destacar as funções do AEE através da resolução CNE/CEB nº 04/2009:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Nesse contexto atribuído ao profissional do AEE pode-se dizer que sua função se estende largamente na busca pelo desenvolvimento educacional dessas crianças que necessitam complementar ou suplementar seus estudos e que esse profissional especializado elaborem estratégias que promovam autonomia e participação dos envolvidos, bem como faça o uso dos recursos tecnológicos que tanto vem se aprimorando para auxiliar no desenvolvimento biopsicossocial desses estudantes. Desta forma, seguimos nossos estudos aprofundando sobre as possibilidades pedagógicas da tecnologia assistiva.

O avanço das tecnologias tem contribuído como ferramentas que se adequam ao contexto das necessidades educativas especiais individualmente e podem acrescentar e favorecer a ampliação dos conhecimentos pedagógicos.

Entretanto a utilização desses recursos dependerá exclusivamente do interesse profissional em inseri-los como facilitador da aprendizagem e de acordo com o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, Brasil, dispõe sobre o AEE, dentre outros objetivos propostos a elaboração e utilização de recursos que respondam aos ajustes necessários para a efetiva aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.



A reestruturação educacional, no ponto de vista inclusivo, indica um novo modelo de ensino, diferente dos modelos excludentes, segregativos e integrativos das escolas especiais.

Nesse propósito é esperado que tanto os profissionais especializados saibam, não apenas utilizar os recursos existentes e também tenham interesse em criar materiais que possam auxiliar as necessidades especiais dos estudantes, enfim, que eles sejam capazes de manusear do mais aprimorado recurso tecnológico ao criado de forma mais simples, como os artesanais.

Dentre as importantes mudanças que a escola e o professor precisam incorporar, destaca-se a utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC, que constituem um diversificado conjunto de recursos tecnológicos, tais como: computadores, internet e ferramentas que compõem o ambiente virtual como chats e correio eletrônico; fotografia e vídeo digital; TV e rádio digital; telefonia móvel; Wi-Fi; Voip; websites e home pages, ambiente virtual de aprendizagem para o ensino a distância, entre outros Giroto, Pocker e Omote (2012) apud Teixeira (2010).

Atualmente, com os recursos existentes, principalmente as tic's, fica muito mais fácil envolver a criatividade e a diversidade nas tarefas cotidianas, contudo, apesar de vários desafios enfrentados pela Educação Inclusiva, a tecnologia da informação e comunicação tem contribuído com a aprendizagem dos alunos, especialmente daqueles que possuem alguma limitação, seja ela física ou cognitiva.

Para garantir esse atendimento, no município de Armação dos Búzios foram implementadas sete SRM, atendendo todos os seguimentos da Educação Básica, são consideradas Pólos, pois recebem alunos das Unidades Escolares de bairros próximos, conforme descrito abaixo e especificado abaixo, bairro e Unidade Escolar:

- 1 - CENTRO: E.M. VEREADOR EMIGDIO COUTINHO GONÇALVES
2. - GERIBÁ: E.M. VEREADOR ANTÔNIO ALÍPIO
- 3.- MANGUINHOS : E.M.JOSÉ BENTO RIBEIRO DANTAS
- 4.- MANGUINHOS: E. M. NICOMEDES T.VIEIRA
5. SÃO JOSÉ : E.M. EULINA DE ASSIS MARQUE
6. RASA : E.M. CILÉA MARIA BARRETO
7. RASA: E.M. JOÃO JOSÉ DE CARVALHO

### 3.4.1. Tecnologia Assistiva a favor da Aprendizagem dos Estudantes com Necessidades Educativas

Pode-se destacar o uso das tecnologias como ferramenta que contribui com a autonomia dos estudantes com deficiência, tornando o seu dia-a-dia escolar mais fácil, pois a utilização e manuseio desses recursos proporcionam soluções que podem ser benéficos para todos os educandos com necessidades educativas.

Diante das mais variadas alternativas tecnológicas, um recurso tem sido muito propagado atualmente, trata-se dos Recursos de Tecnologia Assistiva, que “é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão” (Bercsh, 2008, p. 85), e de acordo com a definição proposta pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT):

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2009).

A Tecnologia Assistiva – TA, é uma área interdisciplinar na qual consegue através de seus recursos, promover autonomia e independência do sujeito, são recursos que possibilitam comunicação e interação no espaço escolar.

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros (foto abaixo); fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com epóxi; substituição da mesa por pranchas de

madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades Galvão Filho (2009, p. 12).

FIGURA Nº 10 - : Tecnologia Assistiva - SRM



Fonte: a autora

Complementando o conceito de TA, Sartoretto e Bercsh (2014, p. 85) afirmam que:

A tecnologia Assistiva é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência. Na perspectiva da educação inclusiva, a Tecnologia Assistiva é voltada a favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais comuns.

A TA consiste em ampliar as possibilidades e facilidade no ambiente educacional, além de oferecer recursos simples de grande valor educacional que enriquecem o desempenho de todos que deles fazem uso. “São exemplos de Tecnologia Assistiva os materiais pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros” (Sartoretto e Bercsh, 2014, p. 87).

O responsável pela organização e uso da TA é o Professor do Atendimento Especializado, cabe a ele identificar as barreiras que os educandos enfrentam na sala comum e a partir de então, cria possibilidades e estratégias de adaptação que possibilite a atuação efe-

tiva nos diversos momentos vividos na escola, seja ele nas atividades escolares ou recreativas.

Todavia, o que foi exposto até o momento, Sartoretto e Bercsh (2014) focaliza três pontos importantes sobre o trabalho da Tecnologia Assistiva na perspectiva inclusiva, que são:

- A tecnologia Assistiva numa proposição de educação para autonomia;
- A tecnologia Assistiva como conhecimento aplicado para resolução de problemas funcionais enfrentados pelos alunos, e
- A tecnologia Assistiva promovendo a ruptura de barreiras que impedem ou limitam a participação destes alunos nos desafios educacionais.

Dentre os principais objetivos da TA é a construção de seres humanos independentes, capazes de realizar as tarefas diárias sozinhos e com autonomia, sejam elas atividades escolares ou sociais.

Fazer TA na escola é buscar com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. E valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades (Campos e Silva 2007, p. 31).

A TA promove a superação de barreiras através de recursos adaptáveis a todas necessidades educativas.

O termo Tecnologia Assistiva surgiu pela primeira vez em 1988.

O termo Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado oficialmente em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana, conhecida como Public Law 100-407, que compõe, com outras leis, o ADA - American with Disabilities Act. Este conjunto de leis regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam. Houve a necessidade desregulamentação legal deste tipo de tecnologia, a TA, e, a partir desta definição e do suporte legal, a po-

pulação norte-americana, de pessoas com deficiência, passa a ter garantido pelo seu governo o benefício de serviços especializados e o acesso a todo o arsenal de recursos que necessitam e que venham favorecer uma vida mais independente, produtiva e incluída no contexto social geral Filho (2009 p. 129, apud Bersch,, 2005).

A referida lei regulamenta o direito dos cidadãos com deficiência, como também subsidia recursos financeiros para compra de materiais que possam atender as necessidades individuais. Nesse contexto Bersch e Sartoretto (2016, p. 88), esclarece com mais precisão que o objetivo da TA é “proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade”.

A Tecnologia Assistiva engloba duas áreas de atendimento às deficiências: Recursos e Serviços, e para e melhor compreensão do fato abordado, Bersch e Sartoretto (2016), faz uma perfeita exclamação a respeito desses dois elementos:

#### •RECURSOS

São todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência.

#### •SERVIÇOS

São definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos.

Nesse embate, Bersch e Sartoretto (2016, p. 87) define que os Recursos:

Podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade

manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

Ainda de acordo com Bersch e Sartoretto (2016, p. 89), os Serviços “são aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de Tecnologia Assistiva. Como exemplo, podemos citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos”.

Em primeiro lugar essa diferenciação é eficaz por se tratar de duas esferas que atuam diretamente e distintamente em proporcionar autonomia e independência da pessoa com deficiência. Visto que os Recursos apontados por Bersch e Sartoretto (2014), são simples e muitas vezes de fácil adesão ou de fácil confecção, e o mais importante é que faz uma tremenda diferença na vida de quem precisa. Já os Serviços necessitam de apoio profissional em distintas especialidades, que possam através do seu atendimento proporcionar condições que favorecem o crescimento pessoal e educacional desses educandos.

Sartoretto e Bersch, (2014, p. 91), indica alguns exemplos de TA, que são:

Lápis, canetas e pincéis engrossados; adaptações que facilitam virar as páginas; mobiliário adequado e personalizado; pranchas de comunicação alternativa; material pedagógico ampliado ou em relevo; impressão em braille; lupas; máquinas braille; teclados especiais que facilitam acesso na deficiência física, mouses alternativos; softwares com acessibilidade, entre outros. Adaptações arquitetônicas, como rampas e elevadores, sinalizações visual e em braille e portas largas são importantes fatores de acessibilidade, bem como adaptações veiculares, como plataformas de embarque para acesso autônomo de embarque.

## CAPÍTULO 4

# METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

---

O capítulo a seguir traz informações a respeito da metodologia aplicada para a realização desta investigação, bem como a justificativa do uso desse método. O enfoque aplicado foi o pragmático, método misto de investigação, técnica de análise de conteúdo por entender ser o mais apropriado para compreender o enfretoamento entre o qualitativo e o quantitativo e a busca por conhecer a realidade que afeta nossa sociedade. O problema deste trabalho que buscamos responder através desta metodologia é: Como o projeto de intervenção multidisciplinar desenvolvido no Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando (CAAPE) contribui na aprendizagem dos alunos?

Como afirma Stake (2005), os casos de maior interesse na Educação são constituídos, em sua maioria, por pessoas e programas. Desta forma, demonstrarei os resultados dessa investigação, que foram se desenhando através de instrumentos elaborados e utilizados. Foi aplicado questionário semi-aberto. Após a aplicação dos questionários, foi realizada a análise dos dados. Finalizo com a análise de dados e conclusões alcançadas pelos estudos.

### **4.1. Fundamentação Metodológica**

A fundamentação metodológica, neste contexto, será descrita na qual se estabeleceu a pesquisa, sendo a mesma devidamente fundamentada. Para realização do trabalho foi utilizado o modelo pragmático, técnica mista, modalidade análise de conteúdo. Também será utilizado o modelo Mckillip, técnicas de metodologia de análise de resultados DAFO, através das legislações vigentes e pertinentes ao objeto de estudo, documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Armação dos Búzios, pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário, análise dos resultados também através do programa SPSS v.23. Por fim, conclusões e sugestões.

#### **4.1.1 Objetivos da pesquisa**

De acordo com Campoy (2016), os objetivos da investigação são pontos de referência que guiam o desenvolvimento de um estudo. Poderia se dizer, que significa que os objetivos servem como guias, como o GPS da pesquisa.

Conforme Sautu, Boniolo, Dalle e Elbert (2005), os objetivos constituem uma construção do pesquisador para abordar um tema, um problema da realidade a partir do marco teórico selecionado. Além disso, devem ser suscetíveis de serem respondidos no processo de pesquisa.

Segundo Bernal (2010), os objetivos definem o rumo que deve tomar a pesquisa que será realizada; eles são os propósitos do estudo e expressam a finalidade que se deseja alcançar e o desenvolvimento do trabalho de pesquisa será orientado para conseguir responder a estes objetivos.

Sendo assim, os objetivos têm a função de orientar o processo de investigação e determinar o caminho a seguir para poder alcançá-lo; delimitar a amplitude da investigação, bem como especificar o conhecimento que se deseja alcançar com os resultados encontrados, conforme descritos a seguir:

#### **4.1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar o desenvolvimento do projeto CAAPE (Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando) aplicado em Armação dos Búzios (Rio de Janeiro).

#### **4.1.1.2 Objetivos específicos**

Para alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, formulei três pontos que elenquei necessários para a concretização e o melhor aproveitamento desse trabalho. São eles:

1. Descrever o processo e a organização do projeto para promover a inclusão, atentando para sua implementação e operacionalização desenvolvida no CAAPE.
2. Identificar, juntos aos participantes, os aspectos relevantes das ações desenvolvidas no projeto.
3. Analisar as fortalezas e as debilidades internas e ameaças e oportunidades externas do projeto CAAPE. (modelo DAFO)



Quadro 2 - Perguntas e objetivo geral e específicos da pesquisa

PERGUNTAS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
*Esse projeto atende efetivamente o objetivo a que ele se propõe? *O projeto atende as diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica?	Analisar o desenvolvimento do projeto CAAPE (Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando) aplicado em Armação dos Búzios (Rio de Janeiro).	Descrever o processo e a organização do projeto para promover a inclusão, atendendo para sua implementação e operacionalização desenvolvida no CAAPE.
*Que influências têm sobre o processo de aprendizagem dos educandos? *Quais contribuições têm apresentado para a melhoria da aprendizagem dos alunos?		Identificar, juntos aos participantes, os aspectos relevantes das ações desenvolvidas no projeto.
*Quais são os pontos fortes e debilidades desse projeto? *Como aprimorar o projeto e o apoio pedagógico ao educando para melhorar a aprendizagem dos alunos?		Analisar as fortalezas e as debilidades internas e ameaças e oportunidades externas do projeto CAAPE. (modelo DAFO)

#### 4.2 Variáveis da pesquisa

Quadro 3 - Variáveis e objetos de estudos

Fatores	Variáveis
Associados ao projeto	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Dados gerais</li> <li>✓Estrutura física</li> <li>✓Desenvolvimento do trabalho</li> <li>✓Projetos internos</li> <li>✓Instrumentos de observação e análise</li> </ul>

Quaro 4 - Variáveis e categorias

Variáveis	Categoria
Dados Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Técnico / Orientador Educacional</li> <li>✓ Titulação</li> <li>✓ Experiência com inclusão</li> </ul>
Estrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Espaço para atendimento</li> <li>✓ Material pedagógico</li> </ul>
Desenvolvimento do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Modalidade de atendimento individual</li> <li>✓ Modalidade de atendimento nas escolas</li> <li>✓ Planejamento dos atendimentos</li> <li>✓ Estudo de caso</li> <li>✓ Relatório de orientação aos professores</li> <li>✓ Reunião de coordenação</li> </ul>
Projetos internos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto “Extra Muros”</li> <li>✓ Ações com as famílias</li> <li>✓ Visitas as Unidades Escolares</li> </ul>
Instrumentos de Observação e Análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação de triagem</li> <li>✓ Critérios de avaliação inicial</li> <li>✓ Informações de evolução da aprendizagem dos alunos</li> <li>✓ Relatório sobre o desenvolvimento do aluno</li> <li>✓ Portfólio</li> </ul>

### 4.3 Cronograma da pesquisa

O cronograma funciona como uma espécie de organizador do tempo. No quadro abaixo está o cronograma das fases e atividades norteadoras do trabalho realizado, estabelecendo-se um tempo aproximado da realização das ações.

Quadro 5 – Cronograma da Pesquisa

Fase	Atividades	Tempo	
Primeira fase	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Revisão teórica.</li> <li>✓Desenho da pesquisa.</li> <li>✓Contato com os técnicos e Orientadores Educacionais das escolas da Rede Pública de Ensino do Município de Armação dos Búzios</li> <li>✓Elaboração do questionário</li> </ul>	7 meses	Julho de 2017 a Fevereiro de 2018
Segunda fase	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Aplicação do instrumento.</li> <li>✓Levantamento de informações.</li> <li>✓Processamento da informação (SPSS)</li> </ul>	9 meses	Março de 2018 a Dezembro de 2018
Terceira fase	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Análise dos dados, discussão e elaboração de resultados.</li> <li>✓Redação do informe final.</li> <li>✓Elaboração de propostas.</li> </ul>	2 meses	Janeiro de 2019 a Março 2019

#### 4.4. Contexto da pesquisa

O Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando está situado na cidade de Armação dos Búzios, Região do Lagos, estado do Rio de Janeiro. Geograficamente possui uma característica peculiar, pois é uma península, possui várias praias e é conhecido internacionalmente. Apresenta uma área territorial de 69 km<sup>2</sup>, sua população caracteriza-se por pescadores, descendentes de escravos, imigrantes e comerciantes. Emancipado do município de Cabo Frio apenas há 22 anos, é município relativamente jovem, porém com uma política pública no que tange a Educação Inclusiva bem estruturada.

FIGURA Nº 11 - Mapa do Município de Armação dos Búzios



Fonte: <http://www.indoviajar.com.br/brasil/rj/armacao-de-buzios/mapas-de-buzios.htm>

O referido Centro é um projeto da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia da Cidade de Armação dos Búzios, o qual sendo analisado nessa pesquisa.

O questionário foi aplicado no CEPEDE – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, para os técnicos (Orientadores Educacionais) que atuam diretamente nas Unidades Escolares desenvolvendo um trabalho com os alunos com dificuldade de aprendizagem e PAEE e indiretamente ao Projeto analisado.

FIGURA Nº 12 - Sede do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação- CEPEDE



Fonte: [https://www.google.com/search?q=cepede+buzios&hl=pt-BR&authuser=0&source=lnms&tbn=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwi-xvvo0NDhAhUCUd4KHeHADxQQ\\_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=VWIWbu3Uy58kTM](https://www.google.com/search?q=cepede+buzios&hl=pt-BR&authuser=0&source=lnms&tbn=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwi-xvvo0NDhAhUCUd4KHeHADxQQ_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=VWIWbu3Uy58kTM):

FIGURA Nº 13 - CEPEDÉ – Aplicação do questionário



Fonte: A autora

#### 4.5 População e Amostra

Um dos principais requisitos para execução de uma pesquisa é determinar a população e a amostra. Segundo Campoy (2016) *população* é um conjunto de elementos (sujeitos, objetos, entidades abstratas, etc. - finitos ou infinitos, definidos por uma ou mais características de apenas os elementos envolvidos. Também definida por Hair Jr. (2005, p. 239) como “o grupo completo de objetos ou elementos relevantes para o projeto de pesquisa” e que compartilham algum conjunto comum de características.

No que tange a amostra podemos definir como uma parte representativa da população que permite generalizar os resultados de uma pesquisa, de acordo com o autor Hair Jr (2005 p. 237), é uma pequena soma expressiva extraída da totalidade. Em nosso caso, a amostra coincide com a população.

No Projeto CAAPE, a população é formada por um conjunto de 80 profissionais da rede municipal de ensino de Armação dos Búzios, que atuam direta e indiretamente no

projeto e foram fonte de informação e participantes da pesquisa preenchendo o instrumento (questionário/escala) sobre a percepção do projeto objeto desse estudo.

#### 4.6 Desenho da Pesquisa

O problema elencado na pesquisa norteador do estudo, analisar o desenvolvimento do projeto CAAPE (Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando) aplicado em Armação dos Búzios (Rio de Janeiro), nos remete a reflexão e a busca de respostas, desde sua perspectiva metodológica, que exige a busca por respostas coerentes baseadas no modelo pragmático, técnica mista, modalidade análise de conteúdo.

O principal propósito da análise de conteúdo é realizar inferências. Desta forma, Krippendorff (1990,) define a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reprodutivas e válidas que podem aplicar-se em seu contexto”.

Conforme afirma Campoy (2016, p.450), a importância dos métodos mistos nos últimos anos é consequência do tradicional enfrentamento entre o quantitativo e o qualitativo e a busca por conhecer a realidade que afeta nossa sociedade.

Campoy (2016, p.448) também afirma que o paradigma pragmático está orientado para a realização de programas e projetos que “funcionem bem” dentro de um contexto real particular.

Como técnica de levantamento de dados, foi aplicado um questionário fechado de respostas múltiplas e uma entrevista em profundidade. Para a análise dos dados, utilizei o software SPSS v.23.

**Tabela 1: Enfoque Metodológico**

PARADIGMA	ENFOQUE METODOLÓGICO	TÉCNICA	ANÁLISE
Pragmático	Análise de Conteúdo	Técnica Mista de Investigação	SPSS (v. 23)

#### **4.7 Elaboração e validação do instrumento**

A análise de conteúdo deve refletir a realidade do que se pretende analisar para que as inferências ou resultados sejam considerados válidos e confiáveis devem ser submetidos a um teste de validade.

Conforme afirma Campoy (2016, p.509), en cuanto a la fiabilidad y validez del análisis de contenido, hay que señalar que esta técnica se enfrenta al eterno problema de las Ciencias Sociales, es decir, si es mejor una medida exacta (cuantificación) o una mayor riqueza de resultados (cualificación).

O mesmo autor aponta a La fiabilidad del análisis estará en función de una buena definición de categorías y del respeto a ciertas reglas por las que se rigen los codificadores (exhaustividad, representatividad, homogeneidad, pertinencia y univocación), pues los resultados no deben variar de un codificador a otro en el análisis de un mismo contenido.

Segundo Bermúdez (1982 apud Campoy (2016) En relación a la validez, un análisis de contenido es válido si la descripción e interpretación del contenido son significativas según el problema planteado.

Desta forma, o instrumento de pesquisa foi elaborado com o intuito de alcançar os objetivos a que ele se propõe.

## CAPÍTULO 5

### ANÁLISE DOS DADOS

---

#### 5.1 Análise dos dados

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos da pesquisa. Após análise, foram observados que tais resultados respondem aos objetivos propostos na pesquisa.

#### Análise das respostas fechadas

Tabela 2 - Caracterização da amostra

#### Função

##### Estadísticos

Formação

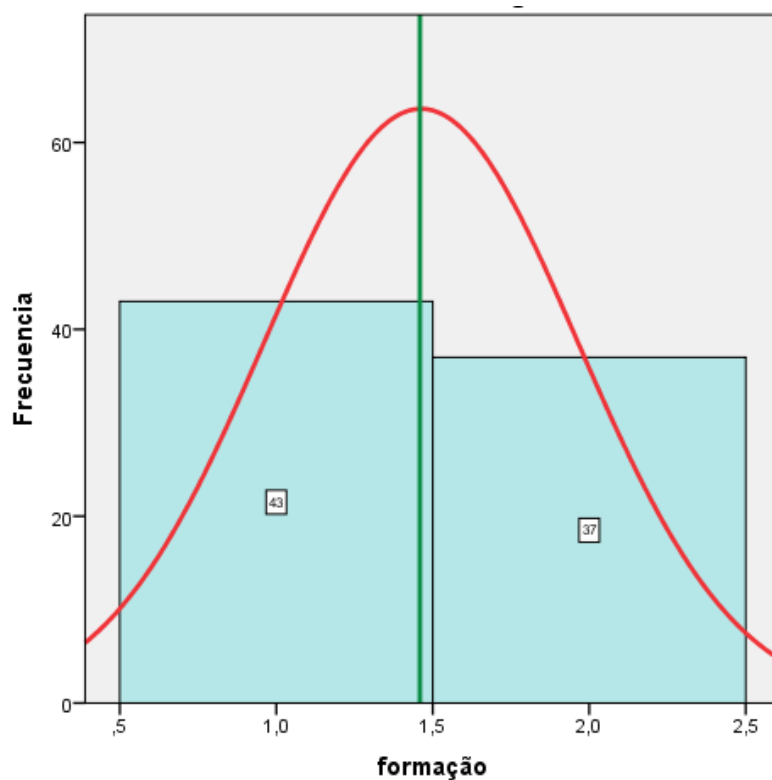
N	Válido	80
	Perdidos	0
Media		1,46
Desviación estándar		,502
Asimetría		,153
Error estándar de asimetría		,269
Curtosis		-2,028
Error estándar de curtosis		,532

##### Formação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válido	Porcentagem acumulado
Válido	Técnico	43	53,8	53,8	53,8
	Orientador Educacional	37	46,3	46,3	100,0
	Total	80	100,0	100,0	



Gráfico 1 - Formação



A tabela acima, “caracterização da amostra”, identifica os participantes da pesquisa que são os Técnicos que atuam diretamente no projeto, e os Orientadores Educacionais que atuam indiretamente no projeto, sendo os técnicos em maior quantidade.

Tabela 3 - Caracterização da titulação

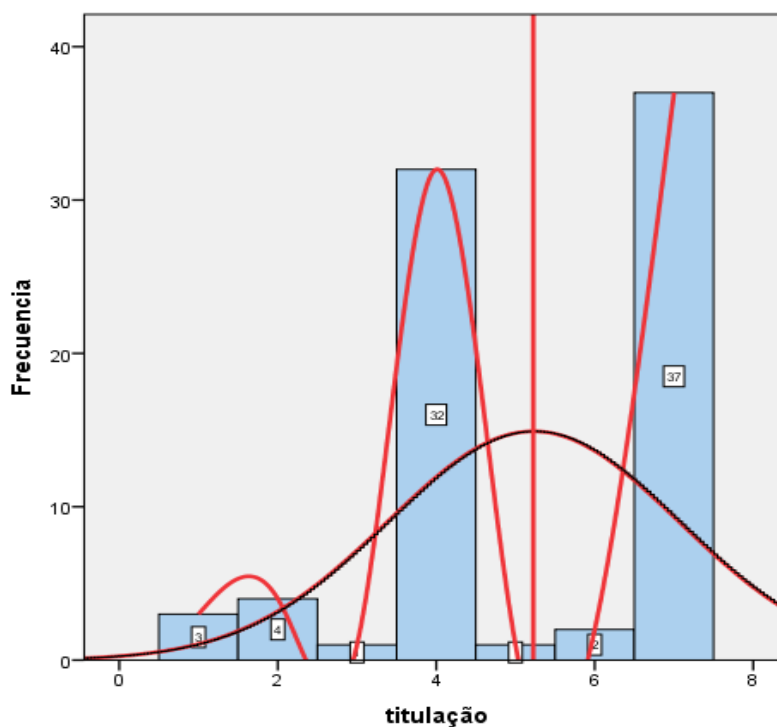
### TITULAÇÃO

titulação

N	Válido	80
	Perdidos	0
Media		5,23
Desviación estándar		1,835
Asimetría		-,468
Error estándar de asimetría		,269
Curtosis		-,884
Error estándar de curtosis		,532

		Titulação			
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válido	Psicopedagogo	3	3,8	3,8	3,8
	Psicólogo	4	5,0	5,0	8,8
	Arteterapeuta	1	1,3	1,3	10,0
	Pedagogo Especialista	32	40,0	40,0	50,0
	Assistente Social	1	1,3	1,3	51,2
	Fonoaudiólogo	2	2,5	2,5	53,8
	Orientador Educacional	37	46,3	46,3	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

Gráfico 2 - Titulação



A tabela e o gráfico acima caracterizam a titulação dos participantes da pesquisa, sendo representado por 3,8% de Psicopedagogo, 5% de Psicólogo, 1,3% de Arteterapeuta, 40% de Pedagogo Especialista, 1,3% de Assistente Social, 2,5% Fonoaudiólogo e 46,3% de Orientador Educacional.

### ESTRUTURA FÍSICA

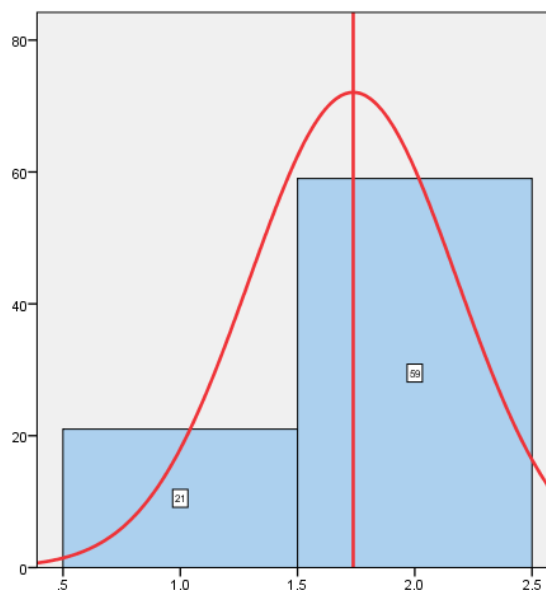
V1	De que forma você acha que a estrutura física atende a necessidade dos alunos?
V2	O material pedagógico disponibilizado para o atendimento atende a sua necessidade de que forma?

Tabela 4 - Estrutura Física

variable	satisfatória		insatisfatória		media	DE	asimetria	curtosis
	f	%	F	%				
V1	21	26,3	59	76,8	1,74	,443	-1,100	-,810
V2	28	35,0	52	65,0	1,65	,480	-,641	-1,630

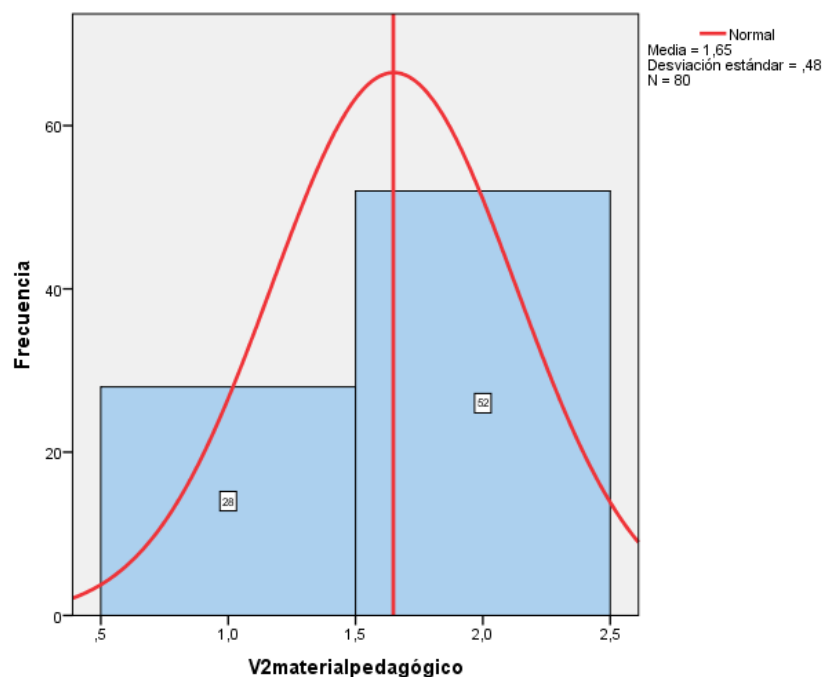
Na tabela acima foram avaliadas duas variáveis que correspondem à estrutura física utilizada no projeto. No que diz respeito às variáveis em questão ambas apresentam resultado de insatisfação. Sendo que a variável 1 destaca-se por um percentual maior de insatisfação.

Gráfico 3 - Atende as necessidades dos alunos



O gráfico acima revela que 59 pessoas, referindo-se a 73,8% dos entrevistados entendem que a estrutura física não atende a necessidade dos alunos.

Gráfico 4 - Material Pedagógico



No gráfico acima é possível perceber que o material pedagógico disponibilizado para o atendimento atende de forma insatisfatória a necessidade dos alunos. Resultado revelado por 52 entrevistados, que se refere a 65%.

### DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

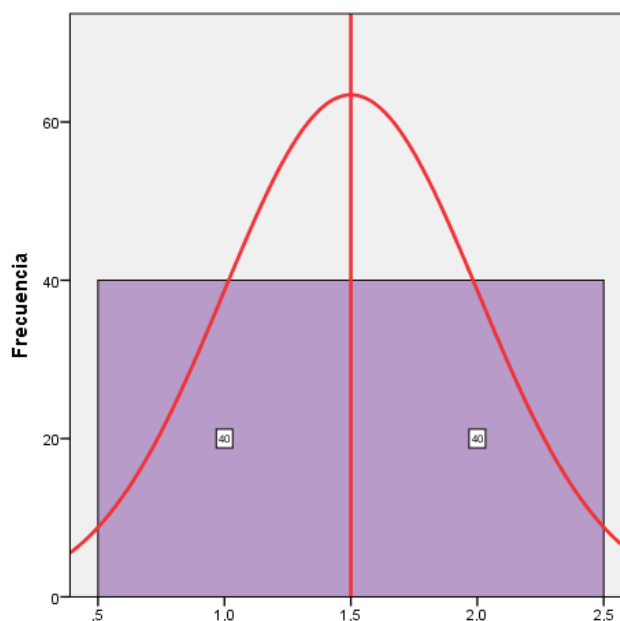
V3	A modalidade de atendimento ofertada para alunos com dificuldade de aprendizagem se estabelece de forma: (atendimento no CAAPE individual com 25 min)
V16	A modalidade de atendimento ofertada na abordagem de educação inclusiva se estabelece de que forma: (orientação e acompanhamento nas escolas)
V4	Como você percebe o planejamento dos atendimentos?
V5	De que forma o “estudo de caso” contribui efetivamente para o atendimento?
V6	A confecção dos relatórios individuais dos alunos fornece informações claras que possam auxiliar o professor na escola em seu planejamento?
V7	Em sua opinião, a reunião de coordenação da Secretaria acontece de forma?

Tabela 5 - Desenvolvimento do Trabalho

variable	satisfatória		insatisfatória		media	DE	asimetria	Curtosis
	f	%	F	%				
V3	40	50,0	40	50,0	1,50	,503	,000	-2,052
V16	63	78,8	17	21,3	1,21	,412	1,433	,053
V4	63	78,8	17	21,3	1,21	,412	1,433	,053
V5	45	56,3	35	43,8	1,44	,499	,257	-1,984
V6	72	90,0	8	10,0	1,10	,302	2,718	5,524
V7	68	85,0	12	15,0	1,15	,359	1,998	2,043

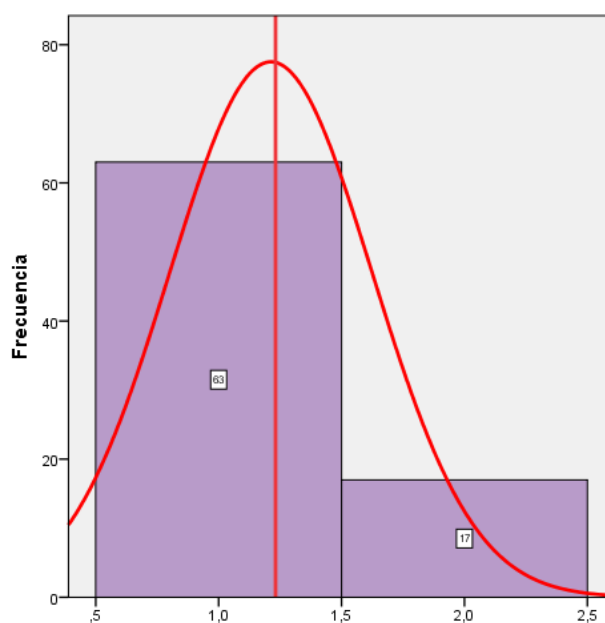
Na tabela acima foram avaliadas seis variáveis que correspondem ao desenvolvimento do trabalho no projeto. No que diz respeito às variáveis v4, v16, v4, v5, v6 e v7 o resultado é satisfatório. No que se refere a variável v3, 50% dos entrevistados julgaram o atendimento satisfatório e 50% insatisfatório.

Gráfico 5 - Modalidade de Atendimento Alunos com Dificuldades de Aprendizagem



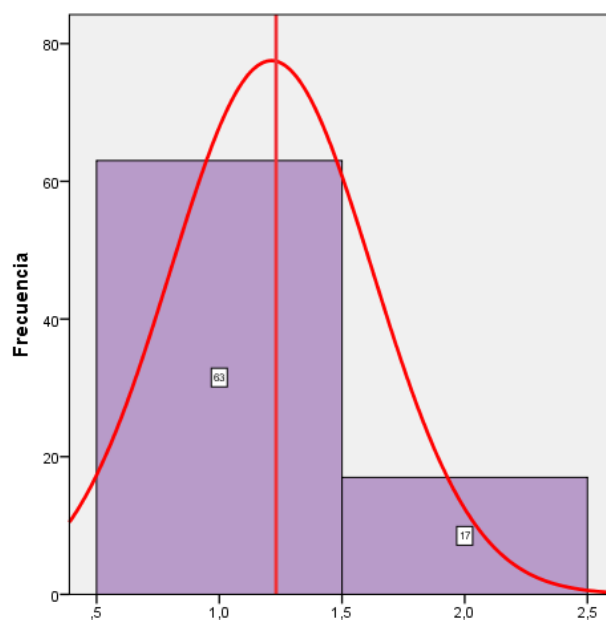
No gráfico acima é possível perceber que a modalidade de atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem expressa a mesma porcentagem de satisfação e insatisfação.

Gráfico 6 - Modalidade de Atendimento Inclusão



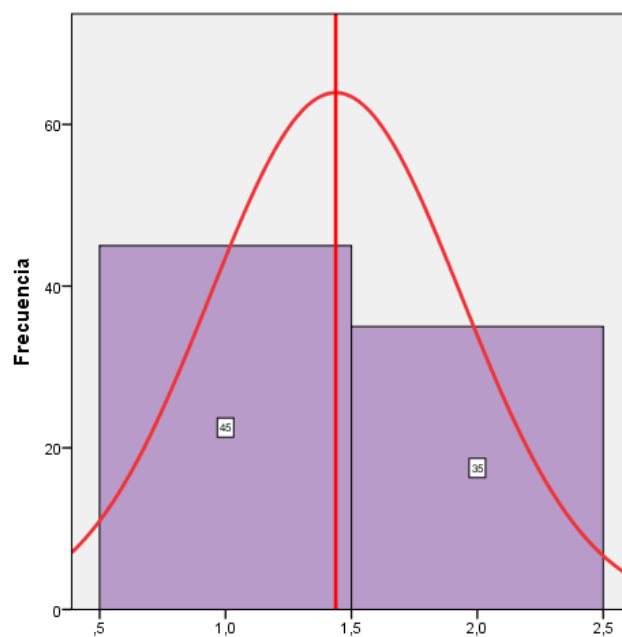
O gráfico acima revela que o atendimento aos alunos, ofertada na abordagem de educação inclusiva tem 78,8% do resultado é satisfatório.

Gráfico 7 - Percepção do Planejamento dos Atendimentos



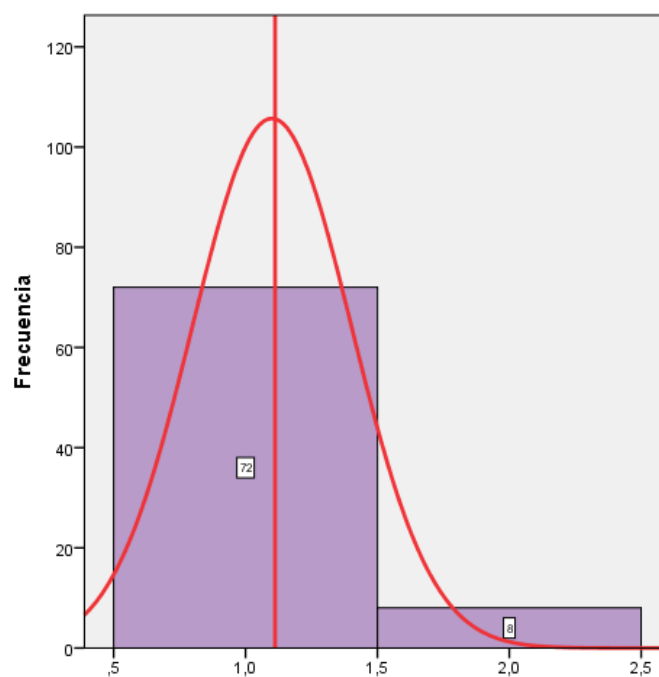
O gráfico acima expressa que 78,8% dos entrevistados percebem o planejamento dos atendimentos de modo satisfatório.

Gráfico 8 - Contribuição do Estudo de Caso



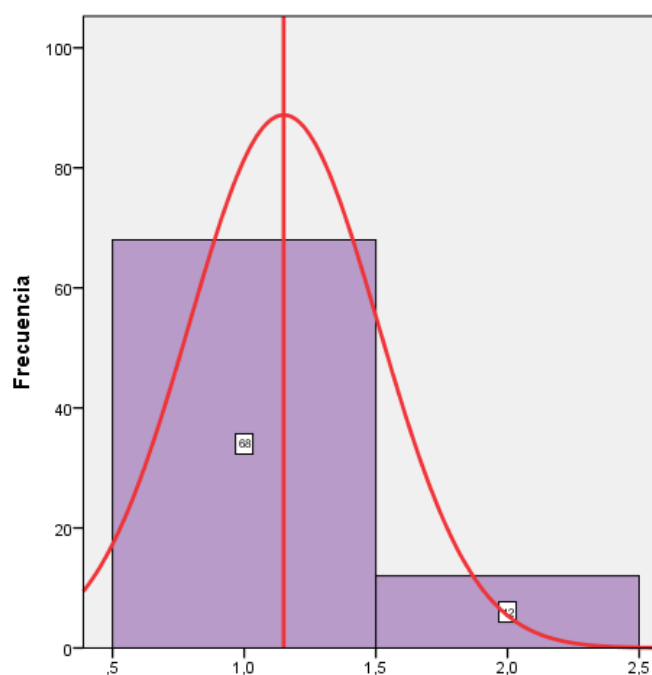
O gráfico acima revela que 56,3% dos entrevistados consideram que é satisfatória a contribuição do Estudo de Caso para os atendimentos

Gráfico 9 - Confeção dos Relatórios Individuais



O gráfico acima revela que 90% dos entrevistados percebem a confecção dos relatórios individuais de modo satisfatório.

Gráfico 10 - Reunião de Coordenação do CAAPE



O gráfico acima expressa que 85% dos entrevistados percebem a reunião de coordenação ofertada pelo CAAPE de modo satisfatório.

## PROJETOS

8	O projeto “extra muros” contribui de que forma para complementar a aprendizagem dos alunos?
9	As ações propostas às famílias dos alunos atendidos no Centro se apresenta de que forma? (Reunião individualizada, reunião de pais, feijoada natalina)
10	As visitas as Unidades Escolares contribui de que forma para aperfeiçoar os atendimentos dos alunos?

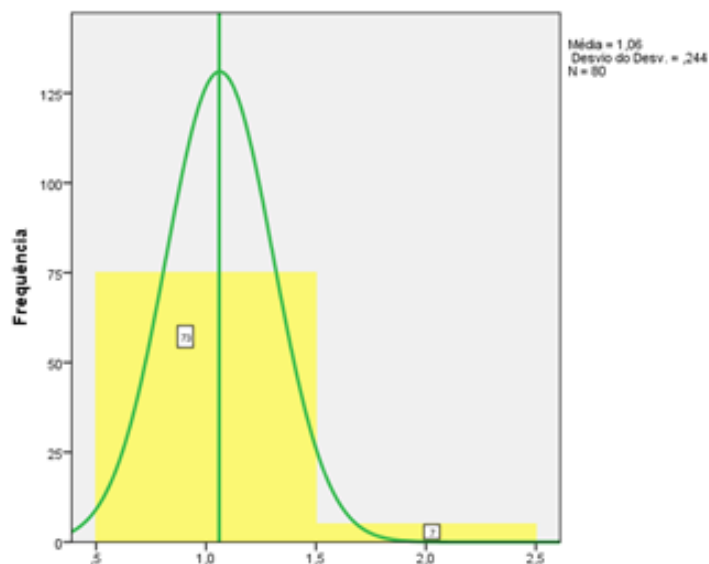
Tabela 6 - Projetos

Variable	Satisfatória		Insatisfatória		Media	DE	Asimetria	Curtosis
	f	%	F	%				
V8	74	92,5	6	7,5	1,08	,265	3,289	9,044
V9	73	91,3	7	8,7	1,09	,284	2,976	7,030
V10	57	71,3	23	28,7	1,29	,456	,957	,309



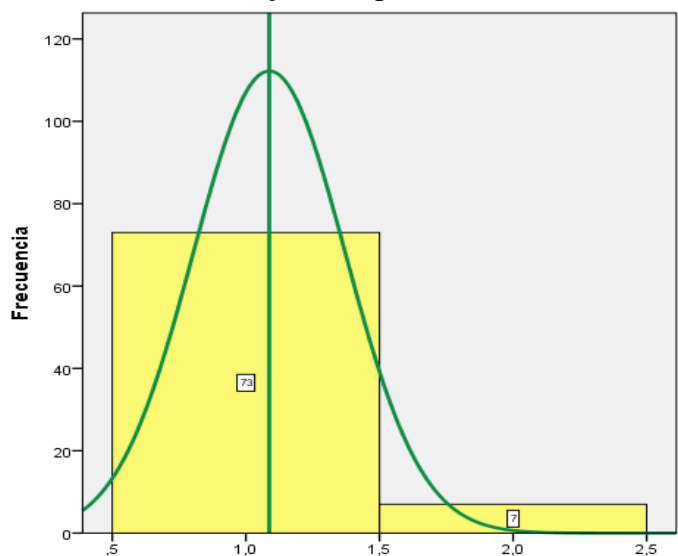
Na tabela acima foram avaliadas três variáveis que correspondem aos projetos (ações pedagógicas) desenvolvidos no CAAPE. No que diz respeito às variáveis citadas anteriormente todas apresentam resultado satisfatório.

Gráfico 11 - Projeto “extra muros”



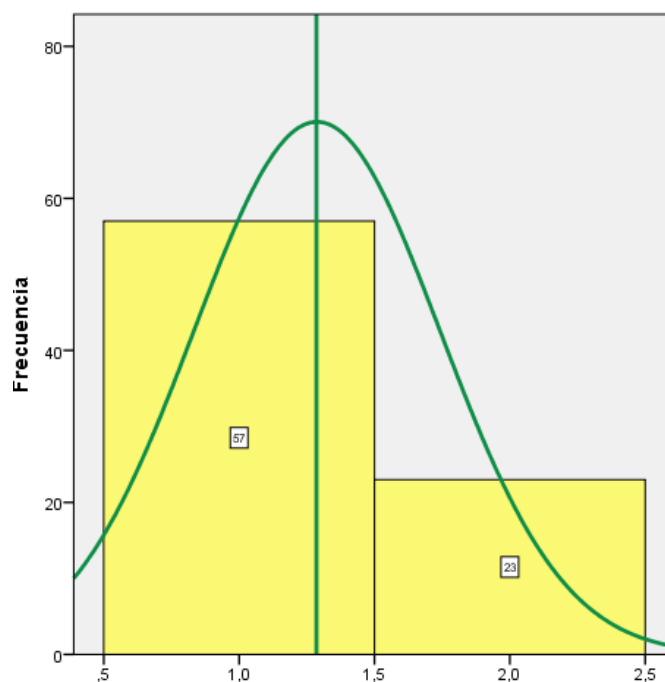
O gráfico acima explicita que 92,5% dos entrevistados percebem o projeto “extra muros” de modo satisfatório.

Gráfico 12 - Ações Propostas às Famílias



O gráfico acima indica que 91,3% dos entrevistados percebem as ações propostas às famílias dos alunos atendidos no Centro se apresenta de forma satisfatória.

Gráfico 13 - Visitas as Unidades Escolares



O gráfico acima mostra que 71,3% dos entrevistados percebem que as visitas as Unidades Escolares contribui de que forma satisfatória para aperfeiçoar os atendimentos dos alunos

### INSTRUMENTOS DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE

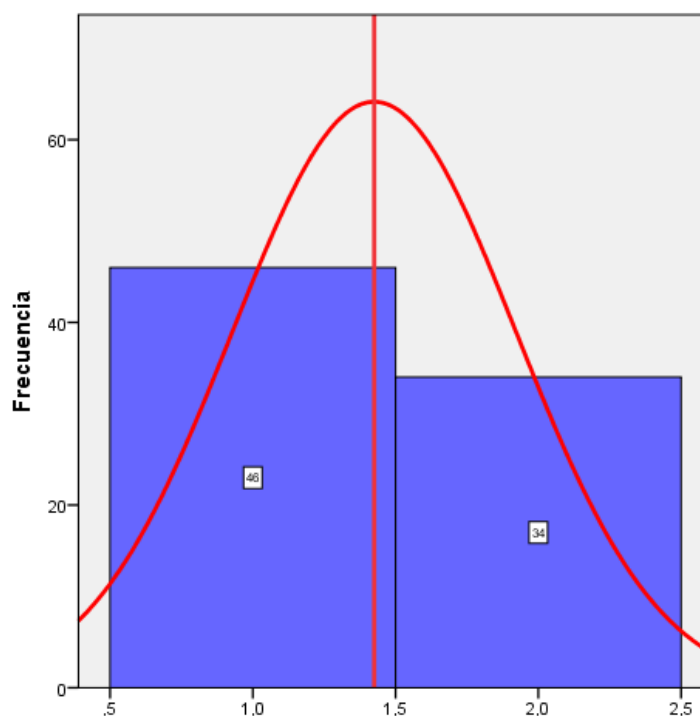
11	A avaliação de triagem determina a necessidade de atendimento e identifica o perfil do aluno para ser atendido no centro de que forma?
12	Os critérios contidos na avaliação inicial são
13	A “ficha de evolução” fornece informações claras sobre o progresso na aprendizagem dos alunos de que forma?
14	O relatório descritivo contém informações
15	Em sua opinião o Portfólio como meio de instrumento de registro do desenvolvimento dos alunos apresenta informações

Tabela 7 – Instrumentos de Observação e Análise

Variable	Satisfatória		Insatisfatória		Media	DE	Asimetria	curtosis
	f	%	f	%				
V11	46	57,5	34	42,5	1,43	,497	,309	-1,954
V12	80	100	80	0	1,00	,000	---	---
V13	70	87,5	10	12,5	1,13	,333	2,311	3,427
V14	74	92,5	6	7,5	1,08	,265	3,289	9,044
V15	73	91,3	7	8,7	1,09	,284	2,976	7,030

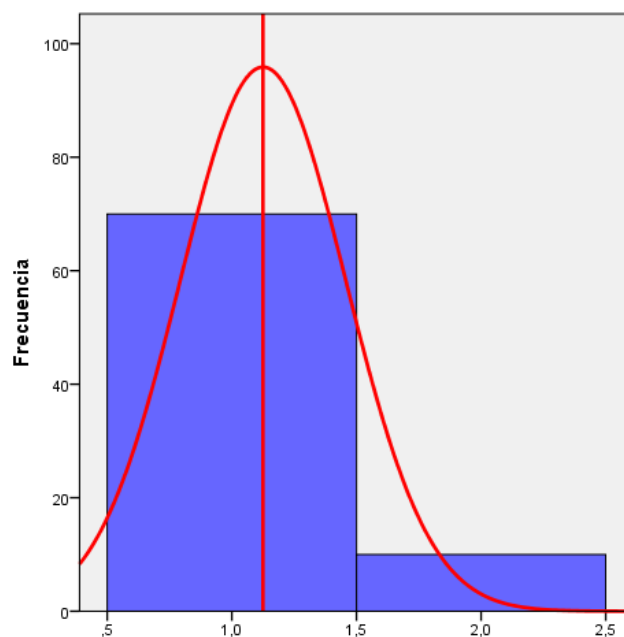
Na tabela acima foram avaliadas cinco variáveis que correspondem aos instrumentos de observação e análise. No que diz respeito às variáveis citadas anteriormente todas apresentam resultado satisfatório. Sendo, a variável 12, responsável indicativa de 100% de satisfação.

Gráfico 14 - Avaliação de Triagem



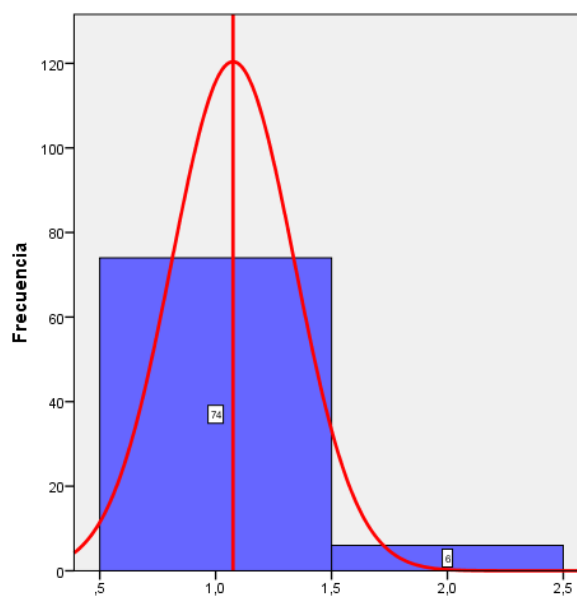
A avaliação de triagem determina a necessidade de atendimento e identifica o perfil do aluno para ser atendido no centro de que forma satisfatória entendida por 57,5% dos entrevistados.

Gráfico 15 - Ficha de Evolução



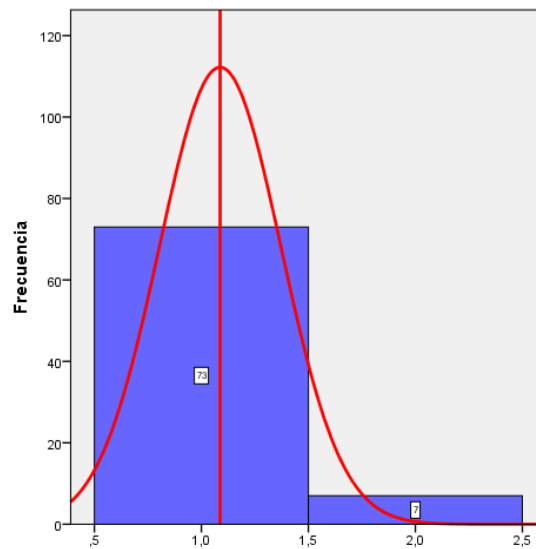
O gráfico acima demonstra que 87,5% dos entrevistados percebem que “ficha de evolução” fornece informações claras sobre o progresso na aprendizagem dos alunos de forma satisfatória.

Gráfico 16 - Relatório Descritivo



No gráfico acima 92,5% dos entrevistados revelam que o relatório descritivo contém informações satisfatórias.

Gráfico 17 - Portfólio como meio de Instrumento de Registro



O gráfico acima demonstra que 91,3% dos entrevistados entendem que o Portfólio como meio de instrumento de registro do desenvolvimento dos alunos apresenta informações de forma satisfatória.

### **Análise DAFO**

**Fortalezas:** Segundo os entrevistados o projeto CAAPE tem contribuído de forma positiva para os alunos em seu processo de aprendizagem, através da equipe multidisciplinar com a elaboração de estratégias individualizadas os educandos tem apresentados resultado satisfatório nas escolas. O atendimento e acompanhamento dos alunos público alvo da educação especial também se destaca nesse projeto, pois é oferecido um pedagogo especialista para esse atendimento escolar. As salas de recursos também são vistas como um ponto positivo do projeto, embora seja normatizada pelo MEC, no âmbito municipal é gerenciada junto a este projeto.

**Debilidades:** Neste aspecto foi apontado o quantitativo de profissionais para atuarem no CAAPE, pois não atende toda a demanda da rede municipal pública; a estrutura física por não ser própria, pois até o ano de 2017 o CAAPE funcionava em uma casa alugada, com escada, sem refeitório e sem materiais pedagógicos adequados; a vulnerabilidade a deci-

sões políticas inconsistentes; prioridade em quantidade de atendimentos, não em qualidade; ausência do plano de cargo e salário dos profissionais que atuam nessas funções, ainda que efetivos (concurados); descontinuidade do serviço prestado em função de mudança da gestão municipal.

Ameaças: Segundo a pesquisa aponta a falta de investimento de políticas públicas; falta de reconhecimento pela gestão pública da importância do trabalho desenvolvido com esses alunos à margem da sociedade;

Oportunidades: Melhorar a interlocução e fortalecimento da rede básica de serviço do município de Armação dos Búzios; fortalecimento do projeto pela própria gestão pública, providenciando um espaço próprio, com equipe completa e recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho com eficiência.

## CAPÍTULO 6

### CONCLUSÕES E PROPOSTAS

---

Neste capítulo serão descritas as conclusões obtidas após o término desta pesquisa, para cada objetivo específico. Em seguida, apresentarei propostas que surgiram após análise desse estudo. A intenção é provocar uma reflexão junto a Secretaria Municipal de Armação do Búzios com o objetivo de aprimorar o projeto CAAPE e conseqüentemente melhorar o atendimento aos alunos público alvo da educação especial.

#### **6.1. Conclusões**

Após obter as respostas dos profissionais envolvidos na pesquisa que preencheram um questionário fechado de respostas múltiplas e uma entrevista em profundidade, aplicados para os Orientadores Educacionais da Rede Municipal de ensino e para a equipe técnica do CAAPE composta por psicopedagogo, assistente social, pedagogo especialista, arteterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo os quais são protagonistas no desenvolvimento do projeto junto aos alunos com dificuldade de aprendizagem e PAEE, pude quantificar e qualificar dados suficientes para responder os objetivos específicos estabelecidos na pesquisa. Faz-se necessário esclarecer que os Orientadores Educacionais são os articuladores de ações nas Unidades escolares e participam indiretamente do projeto, objeto de estudo, uma vez que o mesmo público atendido no CAAPE frequenta a rede regular municipal de ensino.

Para o objetivo 1 deste trabalho: “Descrever o processo e a organização do projeto para promover a inclusão, atentando para sua implementação e operacionalização desenvolvida no CAAPE”, as variáveis que apontam as respostas dos profissionais revelam que; com relação à estrutura física onde o CAAPE funciona, assim como o material pedagógico disponibilizado para o atendimento, os entrevistados manifestaram não ser um local que atenda as necessidades dos alunos tanto no aspecto físico como pedagógico demonstrando insatisfação nesse quesito.

No bloco que contempla as variáveis sobre instrumentos de observação e análise que são utilizados na condução do projeto verificamos que sob a perspectiva dos entrevistados, estão atendendo de forma satisfatória, sendo destacada a variável que aborda a questão da triagem que apresenta um percentual pouco expressivo a satisfação, as demais variáveis que abordam os critérios contidos na avaliação inicial; as informações contidas na ficha de evolução da aprendizagem dos alunos; o relatório descritivo dos educandos e o portfólio

como meio de instrumento de registro do desenvolvimento dos discentes apresentam mais de 85 por cento de satisfação por parte dos entrevistados.

Neste sentido podemos concluir que a estrutura física não atende de forma eficiente a necessidades dos alunos público alvo da educação especial, porém o seu desenvolvimento possui instrumentos bem elaborados e capazes de conduzir o andamento do projeto de forma satisfatória.

Respondendo ao objetivo 2: “Identificar, juntos aos participantes, os aspectos relevantes das ações desenvolvidas no projeto”, formam elencadas as variáveis que conduzem nosso entendimento ao bloco que contempla as informações sobre o desenvolvimentos do trabalho, revelando que a modalidade de atendimento ofertada para alunos com dificuldade de aprendizagem tem opiniões divididas de forma igual, onde 50 por centos dos entrevistados apontam satisfação e os outros 50 por cento demonstram insatisfação. No entanto, o atendimento ofertado na abordagem de educação inclusiva se estabelece com mais de 75 por cento de satisfação, visto que nessa modalidade, cada aluno especial, tem um pedagogo especialista na unidade escolar para acompanhamento individualizado.

Na variável que aborda os planejamentos dos atendimentos 79 por cento dos entrevistados entendem o planejamento eficiente e satisfatório a que ele se propõe. Em relação a variável que aponta a contribuição do “estudo de caso” para o atendimento dos alunos, 56 por centos afirmam ser satisfatório e 44 por cento ser insatisfatório, revelando assim a necessidade de uma reflexão sobre essa ação no projeto.

A variável que aborda se os relatórios individuais dos alunos fornecem informações claras que possam auxiliar o professor na escola em seu planejamento, 90 por cento afirmam que sim. Na variável que pergunta sobre as reuniões de coordenação organizadas pela gestão do CAAPE, 85 por cento dos entrevistados revelam que são satisfatórias.

No bloco das variáveis que abordam sobre os projetos desenvolvidos no CAAPE que tratam do projeto “extra muros”; ações propostas as famílias dos alunos atendidos como reunião individualizada, reunião de pais, feijoada natalina; e visitas as unidades escolares pelos técnicos do CAAPE foram consideradas pelos entrevistados satisfatórias. Com relação ao projeto “extra muros” 94 por cento apontaram o resultado; com relação as ações propostas às famílias, 91 por cento apontaram o resultado e com relação as visitas realizadas as Unidades Escolares pela equipe do CAAPE 71 por cento pontaram o resultado.

Desta maneira podemos concluir que as ações propostas e desenvolvidas no projeto CAAPE são satisfatórias, necessitando apenas de pequenos ajustes na proposta do estudo



de caso e na modalidade de atendimentos aos alunos com dificuldade de aprendizagem, uma vez que essa modalidade de atendimento está relacionada diretamente com o espaço físico que também não atende a necessidade dos alunos.

Por fim, objetivo 3- Analisar as fortalezas e as debilidades internas e ameaças e oportunidades externas do projeto CAAPE. (DAFO), foram explanadas as respostas abertas que dizem respeito ao bloco de análise interna e externa do projeto onde podemos concluir que o projeto contribui de forma positiva e significativa para aprendizagem dos alunos com dificuldade e/ou público alvo da educação inclusiva, apesar das dificuldades apontadas pelos entrevistados. Revelam que o trabalho de intervenção por ser constituído de uma equipe multidisciplinar potencializa os resultados obtidos, porém destaca a necessidade de maior investimento por parte das políticas públicas.

Também evidencia a necessidade de mais profissionais técnicos atuando como também uma maior interlocução da rede municipal representada pela secretaria de saúde, assistência social e esporte para fortalecimento dos apoios ofertados até o momento.

FIGURA Nº 14 – Parte da equipe CAAPE



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/CAAPECentro/>

## **6.2. Propostas**

Entendemos que para melhorar o projeto CAAPE implantado na Secretaria Municipal de Armação dos Búzios, que tem como objetivo otimizar a aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldade no processo de aprendizagem e/ou constituem público alvo da educação inclusiva atendendo as políticas públicas das instâncias Federal, Estadual e Municipal é necessário o aprimoramento de algumas ações como a construção e ampliação de espaço físico adequado com acessibilidade.

Geograficamente 3 Centros de atendimento, sendo um na Rasa, um em Cem Braças e outro no Centro da cidade. Desta forma entendemos que a fila de espera seria extinta e o trabalho atenderia a especificidade de cada comunidade inserida. Ampliação do número de Salas de Recursos no município.

Ampliação do quadro de funcionários efetivos inclusive com a interlocução estreita com a saúde, médicos especialistas em neuropediatria e psiquiatria infantil. Inserção dos técnicos do projeto no Plano de Cargos e Salários da rede de Educação da municipalidade por equidade; investimento contínuo em formação na área da educação especial e inclusiva.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Alonso, D. (2013). *Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio*. In *Nova escola*. São Paulo: Abril.
- Aranha, M. S. F. (2003). *Trabalho e emprego: instrumento de construção da identidade pessoal e social* (Vol. 9). Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF.
- Arruda, M. A; Almeida M. de. *Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas*. Rio Preto: ABDA, 2014.
- Ball, S. J.; Mainardes, J. (Org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- Baumel, R. C. R. C. (1998). Escola inclusiva: questionamentos e direções. Em: Baumel, R. C. R. C.; Semechini, I. (Orgs.). *Integrar/incluir: desafio para escola atual*. pp. 33-44. São Paulo: Feusp.
- Bersch, R. (2008). *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: CEDI.
- Bianchetti, L. (1998). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas: Papirus, 224, 72.
- Brasil. *Centro Nacional de Educação Especial – CENESP*. (1975). *Educação Especial: dados estatísticos - 19704*. Brasília: MEC, DDD.
- Brasil. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.
- Brasil. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO.
- Brasil. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial*. (1994). Brasília: MEC/SEESP.
- Brasil. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o Atendimento*. Brasília-DF.
- Brasil, (1988). *Constituição Federal e Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28 (2000) e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94*. Brasília: Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Brasil, (1994). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná. Brasil. Índice elaborado por Edson Seda.

- Brasil, (1996). *Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Brasil: MEC.
- Campos, I. Sá e Silva, M. (2007). *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado*. Governo Federal. Brasília.
- Campoy, T. J. A. (2016). *Metodología e Pesquisa Científica. Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Libreria Cervantes.
- Carneiro, M. S. C. (2007). *Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com síndrome de Down*. São Paulo- SP.
- CAT. (2009). *Tecnologia assistiva*. Brasília: CORDE Educacional Especializado Brasília, DF.
- Dutra, C. P. (2007). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília/DF.
- Fernandes, S. (2007). *Fundamentos para educação especial*. Curitiba Ibplex.
- Galvão Filho, T. A. (2009). *A Tecnologia Assistiva: de que se trata? Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade*. Porto Alegre: Redes Editora, 252, 207-235.
- Giroto, C. R. M.; Poker, R. B.; e Omote S. (2012). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília: Cultura Acadêmica
- Glat, R. (1995). *Integração dos portadores de deficiência: uma questão psicossocial*. Temas em Psicologia, 3(2), 89-94. São Paulo –SP.
- Gusmão, F. A. F., Martins, T. G. & Luna, S. V. DE. (2011). *Inclusão escolar como uma prática cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência*. Psicologia da Educação. 32, 69-87.
- Jannuzzi, G. M. (2006). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados. 2ª ed.
- Mantoan, M. T. E. (2010). *O desafio das diferenças nas escolas*. Editora Vozes Limitada. São Paulo/SP.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?*. Summus Editorial.
- Mazzota, Marcos J. S. (2005) *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, D. (2008). *Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional*. Inclusão – Revista da Educação Especial. 4, 2, 7-16.

- \_\_\_\_\_ (2006). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. Grupo Editorial Summus. Rio de Janeiro.
- Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. (Vol. 174). Wva.
- Secretaria de Educação de Armação dos Búzios, (2015). *Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2025*. Publicado no Boletim Oficial do município de Armação dos Búzios Ano X, Nº 707, através da Lei Nº. 1114, de 30 de junho 2015.
- UNESCO. (1990). *Declaración Mundial de Educación para Todos*. Jomtien.
- UNESCO. (2000). *Informe del Foro Mundial de Educación para Todos*. Dakar.
- Mendes, G. M. L.; SILVA, F. de C. T.. Currículo e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 22(79). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/epaa/v22n80> . Acessado em agosto de 2014.
- Bernal, C. A. (2010). *Metodología de la Investigación*. Colombia: Pearson Educación
- Sautu, R., Boniolo, P., Dalle, P. y Elbert, R. (2005). *Manual de metodología*. Buenos Aires: CLACSO.
- Gusmão, F. A. F., Martins, T. G. & Luna, S. V. DE. (2011). Inclusão escolar como uma prática cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência. *Psicologia da Educação*. 32, 69-87.
- Rodrigues, D. (2008). Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. *Inclusão – Revista da Educação Especial*. 4, 2, 7-16.
- Brasil. *Constituição Federal* (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca*. Brasília, DF: UNESCO,1994.
- \_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Os direitos das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 1996, p. 58.

\_\_\_\_\_. *RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001*. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe comum da rede regular*. 2ª ed. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

**REFERENCIAS ELETRÔNICAS**

- Brasil. Decreto n. 42.728, de 3 de dezembro de 1957. *Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro*. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=173756>> Acesso em 17.dez.2017.
- Brasil. Decreto n. 48.252, de 31 de maio de 1960. *Institui Campanha Nacional de Educação dos Cegos*. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48252-31-maio-1960-387860-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 18.mar.2018.
- Brasil. Decreto n. 48.961, de 22 de setembro de 1960. *Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48961-22-setembro-1960-388634-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18.abr.2018.
- Brasil. Decreto n. 72.425, de 3 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>: Acesso em: 07.dez.2017.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades especiais: construindo a escola inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, (2005). Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf> > Acesso em: 14.mai.2018.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: visão histórica: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, (2005). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>> Acesso em: 14.mai.2018.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: visão histó-*

*rica: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: deficiência no contexto escolar.* Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, (2005). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defcontexto.pdf>> Acesso em: 17.jan.2018.

Brasil. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física.* Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, (2006). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>> Acesso em: 13.jan.2018.

Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.* Brasília. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 02. fev. 2018.

Brasil, (1988). *Constituição Federal.* Senado Federal. Brasília: Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

Satoreto, M. L.; Bersch R. (2014) *Assistiva, Tecnologia e Educação.* Disponível em: [www.assistiva.com.br/aee.html](http://www.assistiva.com.br/aee.html). Acesso em 10 jun. 2018.

Satoreto, M. L.; Bersch R. (2016) *Assistiva, Tecnologia e Educação.* Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acesso em 12 jun. 2017



## APÊNDICES



**UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y LA EDUCACIÓN**  
**MAESTRIA EN EDUCACIÓN**

**QUESTIONÁRIO SOBRE ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR DESENVOLVIDO EM CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO.**

Prezado Colega,

Este questionário faz parte de um estudo de pesquisa que pretendemos conhecer sua opinião sobre o CAAPE. Para isso, solicitamos sua colaboração. Sua opinião é muito importante. Leia atentamente as questões e responda a todas as perguntas, não deixe nenhuma sem responder. Responda com sinceridade, pois ninguém conhecerá suas respostas. Obrigada por sua colaboração.

**Dados Gerais:**

1. Técnico ( )      Orientador Educacional - Tutor ( )
2. Titulação: psicopedagogo ( )      psicólogo ( )      Arteterapeuta ( )      Assistente Social ( )      Pedagogo Especialista ( )      Fonoaudiólogo ( )  
 Orientador Educacional -Tutor ( )
3. Trabalhou com inclusão? Sim ( )      Não ( )

**Estrutura física:**

4. De que forma você acha que a estrutura física atende a necessidade dos alunos?

Satisfatória       Insatisfatória

Indique o motivo em caso de insatisfatória:

---



---



---

5. O material pedagógico disponibilizado para o atendimento atende a sua necessidade de que forma?

Satisfatória       Insatisfatória

Indique o motivo em caso de insatisfatória:

---



---

Desenvolvimento do Trabalho
-----------------------------

6. A modalidade de atendimento ofertada para alunos com dificuldade de aprendizagem se estabelece de forma: (atendimento no CAAPE individual com 25 min)

Indique o <sup>Sa-</sup>tisfatória  motivo em caso de <sup>Insa-</sup>tisfatória  insatisfatória:

---



---



---

7. A modalidade de atendimento ofertada na abordagem de educação inclusiva se estabelece de que forma: (orientação e acompanhamento nas escolas)

Indique o <sup>Sa-</sup>tisfatória  motivo em caso de <sup>Insa-</sup>tisfatória  insatisfatória: \_\_\_\_\_

---



---



---

8. Como você percebe o planejamento dos atendimentos?

Indique o <sup>Sa-</sup>tisfatória  motivo em caso de <sup>Insa-</sup>tisfatória  insatisfatória:

---



---



---

9. De que forma o “estudo de caso” contribui efetivamente para o atendimento?

Indique o <sup>Sa-</sup>tisfatória  motivo em caso de <sup>Insa-</sup>tisfatória  insatisfatória:

---



---



---

10. A confecção dos relatórios individuais dos alunos fornece informações claras que possam auxiliar o professor na escola em seu planejamento?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

11. Em sua opinião, a reunião de coordenação da Secretaria acontece de forma?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

#### Projetos

12. O projeto "extra muros" contribui de que forma para complementar a aprendizagem dos alunos?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

13. As ações propostas às famílias dos alunos atendidos no Centro se apresenta de que forma? (Reunião individualizada, reunião de pais, feijoada natalina)

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

14. As visitas as Unidades Escolares contribui de que forma para aperfeiçoar os atendimentos dos alunos?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---

---



---



---



---

**Instrumentos de Observação e Análise**

15. A avaliação de triagem determina a necessidade de atendimento e identifica o perfil do aluno para ser atendido no centro de que forma?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

16. Os critérios contidos na avaliação inicial são?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

17. A “ficha de evolução” fornece informações claras sobre o progresso na aprendizagem dos alunos de que forma?

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

18. O relatório descritivo contém informações:

Indique o  Satisfatória motivo em caso de  Insatisfatória insatisfatória:

---



---



---

19. Em sua opinião o Portfólio como meio de instrumento de registro do desenvolvimento dos alunos apresenta informações:

Indique o  satisfatória motivo em  insatisfatória caso de insatisfatória:

---

---

---

### Análise Interna e Externa do Projeto

1. Em sua opinião, de que forma o CAAPE contribui para aprendizagem dos alunos?

---

---

---

2. Em sua opinião, quais são os pontos fortes (fortalezas) desse projeto?

---

---

---

3. Em sua opinião, quais são os pontos fracos (debilidades) desse projeto?

---

---

---

4. Em sua opinião, quais os investimentos externos que podem ajudar na melhoria do projeto? (oportunidades)

---

---

---

5. Em sua opinião, qual são os motivos que dificultam as melhorias do CAAPE? (ameaças)

---

---

---